

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais

A imagem de Hugo Chávez na imprensa brasileira

Estudo de caso dos jornais *Folha de S.Paulo* e *Correio Braziliense*

Isabel Cristina Fleck Bündchen

Matrícula 07/58655

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB)

Orientador: Professor Antônio Carlos Lessa

Brasília, julho de 2008

“Yo he dicho algunas veces que de las profesiones que a mí me hubiese gustado seguir además de la de militar, la de periodista. Me gustaría ser periodista. De repente después del 2021 incursiono en esos caminos del periodismo.”

Hugo Chávez Frías, 27 de junho de 2002

RESUMO

Em 1999, quando Hugo Chávez Frias assumiu a presidência da Venezuela, a grande maioria da população brasileira nem tomou conhecimento. Não sabiam quem era, de onde vinha, que havia tentado tomar o poder sete anos antes, por meio de um golpe. Nove anos depois, em 2007, até quem não lê jornais ou assiste ao noticiário televisivo com uma frequência razoável sabe quem é o mandatário do país vizinho. O fenômeno se deve não só ao tempo que Chávez tem se mantido no poder, mas a como ele tem se mantido lá – e a como os brasileiros têm recebido as informações sobre ele. Nesse último ponto, a imprensa brasileira detém um papel fundamental: o de formar uma imagem pública do chefe de Estado da Venezuela para os seus leitores. Neste estudo, essa imagem é avaliada por meio de um estudo de caso de dois jornais – *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense*. O trabalho se desenvolve em três capítulos, que discorrem sobre o papel do jornalismo e a presença da opinião no texto jornalístico; a trajetória de Chávez ao poder e no poder; e a análise dos jornais em questão. O resultado mostra que a imagem do presidente venezuelano nesses veículos, muitas vezes entendido apenas nas entrelinhas, não é resultado de um posicionamento gratuito sobre a sua figura. É fruto da imagem que o próprio Chávez criou.

SUMÁRIO

Introdução	05
1 – Jornalismo e imagem	08
1.1 O papel do jornalismo	
1.2 Direcionamento e enquadramento noticioso	
1.3 O que é notícia	
1.4 Papel do jornal na construção da imagem pública	
2 – A Venezuela de Hugo Chávez	18
2.1 A trajetória de Chávez ao poder	
2.2 Popularidade em xeque e golpe	
2.3 Assistencialismo e aprovação no referendo	
2.4 Endurecimento do discurso	
2.5 Mais poderes ao comandante	
2.6 Relações com o Brasil e o Mercosul	
2.7 Imagem que o próprio Chávez criou	
3 – Análise dos jornais	50
3.1 Estudo de caso: <i>Folha de S. Paulo</i>	
3.1 Estudo de caso: <i>Correio Braziliense</i>	
4 – Considerações finais	66
5 – Referências Bibliográficas	69

INTRODUÇÃO

A influência que a mídia exerce sobre a opinião pública é objeto de análise em diversas áreas do conhecimento, da Comunicação à Ciência Política. O que interessa aos estudiosos é como os veículos de comunicação contribuem para a formação de conceitos dentro de uma sociedade sobre um determinado assunto, pessoa ou objeto. Esse processo, que pode durar anos ou ser instantâneo – por meio da publicação de uma denúncia, por exemplo –, motivou este estudo. A proposta é a de avaliar como a imprensa brasileira moldou a imagem pública de Hugo Chávez, por meio do estudo de caso de dois jornais.

O venezuelano começou a ser assunto nos noticiários locais e internacionais em 1992, quando liderou um fracassado golpe de Estado contra o governo de Carlos Andrés Pérez. A partir de então, soube usar a mídia como um trampolim eleitoral. Com um discurso de igualdade e justiça social e relembrando sempre a figura do libertador Simón Bolívar, Chávez concedeu inúmeras entrevistas a jornais e televisões, que, até então, viam na figura carismática do militar reformado um interessante chamariz.

A estratégia de Chávez deu certo e, em 1999, ele tomou posse como o presidente que acabaria com “40 anos de democracia corrupta”. Logo após chegar ao poder, no entanto, o chefe de Estado reforma a Constituição vigente e muda o nome do país para República Bolivariana da Venezuela. Segundo opositores, passa a governar para os pobres, com programas assistencialistas chamados Missões. No panorama internacional, faz críticas duras aos Estados Unidos e aos países alinhados ao governo norte-americano. Elege como seus principais “amigos” os mandatários de Cuba, do Iraque, do Irã e da Líbia. Em nove anos de governo, torna-se o chefe de Estado mais conhecido da América Latina, despertando paixões e repulsa em todo o mundo.

No Brasil, não foi diferente. Durante esse período, a população brasileira parece ter se dividido entre os que amam e os que odeiam Chávez. Não há meio termo. A reação é motivada, em grande parte, pela imagem que a população absorve da mídia. No caso da imprensa nacional, também há uma divisão entre os que parecem amar e odiar Chávez. Quem quer se informar, no entanto, recorre aos jornais menos panfletários (para os dois lados), como a *Folha de S. Paulo*, o *Estado de S. Paulo* e o *Correio Braziliense*, em um nível local.

Mas mesmo nesses jornais, ainda é possível perceber opinião na formação da imagem pública de Hugo Chávez. A imprensa brasileira, em geral, parece ver com certa preocupação o avanço político de Chávez na América do Sul. Nos primeiros anos de governo do venezuelano, o espaço dedicado a ele nos jornais brasileiros não era significativo na cobertura internacional. As reportagens referentes à Venezuela pouco tentavam interpretar as ações políticas de Chávez. Nos últimos anos, no entanto, tanto matérias diárias como artigos de opinião trazem uma imagem negativa do político, que merece ser estudada.

Resta saber quais fatores motivam os periódicos na elaboração de suas reportagens e editoriais. Teriam sido somente as declarações e ações polêmicas de Chávez nos últimos anos? Ou há outros interesses em colocar o mandatário venezuelano como um exemplo ruim de governante?

Para responder a essas perguntas, este trabalho analisa a cobertura da *Folha de S. Paulo* e do *Correio Braziliense* feito em um intervalo de cinco anos, para encontrar elementos que identifiquem a diferença no tratamento das notícias sobre Chávez no período. A escolha foi feita pela importância desses jornais para os públicos nacional – *Folha* – e local (Brasília) – *Correio*. Outro motivo foi a importância dada pelos próprios jornais à Venezuela no período. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, mantém, desde 2003, um correspondente internacional fixo na Venezuela.

A hipótese é que há uma diferença na maneira como é feita a cobertura dos assuntos relacionados à Venezuela entre 2002 a 2007. O trabalho propõe-se ainda a analisar pontos que possam ter influenciado essa mudança, como as alterações encontradas na própria maneira de governar de Chávez – de suas políticas interna e externa –, ou as relações da Venezuela com o Brasil e o Mercosul no determinado período.

Os momentos escolhidos para estudo foram as semanas seguintes a três importantes momentos em que a autoridade de Hugo Chávez foi colocada à prova na Venezuela: a tentativa de golpe contra ele (11 a 17 de abril de 2002), o referendo vencido pelo presidente (15 a 21 de agosto de 2004) e o referendo perdido (1 a 7 de dezembro de 2007). Nesses períodos, foram pesquisadas todas as reportagens das editoriais internacionais dos dois jornais referentes à Venezuela e a Chávez. Não foram avaliadas as capas e as matérias de

outras editorias, bem como frases, cartas de leitores, colunas e artigos escritos por pessoas de fora do jornal.

A análise levou em consideração a quantidade de matérias nos períodos, o espaço dado a essas matérias, o conteúdo do título e das reportagens, a existência e a quantidade de adjetivos, entre outros elementos de jornalismo que podem expressar a subjetividade do jornal em relação ao tema.

1 - JORNALISMO E IMAGEM

1.1 - O papel do jornalismo

Antes de qualquer análise sobre a construção da imagem pública de um indivíduo por meio da mídia, é preciso ter em mente qual é a real função do jornalismo – para o que ele foi criado e como ele é exercido. Neste capítulo, exponho a visão de alguns estudiosos que lançaram luz sobre esses temas, de forma a facilitar a análise de como dois jornais brasileiros “enxergam” o presidente venezuelano, Hugo Chávez, e como eles o “retransmitem” para seus leitores.

O jornalismo sempre foi entendido como “fonte de informação”, cujo papel principal seria o de relatar fatos aos cidadãos. Seguindo esse raciocínio, seria necessário que os jornais transmitissem as notícias de forma objetiva e imparcial para a sociedade. Ao tratar temas, principalmente políticos, a mídia deveria impedir que valores e ideologias tivessem interferência na redação das notícias. A imparcialidade também impediria que um grupo ou indivíduos fossem favorecidos pelos meios de comunicação.

Essa visão tradicional, no entanto, vem sendo questionada por estudiosos desde a década de 1960. Nesta época, o brasileiro Luiz Beltrão afirmou que o “jornalismo é, antes de tudo, informação. (...) Informação de fatos atuais, correntes, que mereçam o interesse público”. Mas, para ele, “os fatos correntes expostos pelo jornalismo têm de ser devidamente interpretados’, porquanto informação, orientação e direção são atributos essenciais do jornalismo”.

Em 1971, os norte-americanos Edwin Emery, Philip Ault e Warren Agee definiram, no livro *Introduction to mass communications*, o jornalismo como o “relato dos fatos como eles se apresentam no momento do registro, não um estudo definitivo de uma situação”. Entretanto, os três autores já destacam que, para a sociedade, o jornalista tem sido identificado como responsável por duas funções básicas: “relatar as notícias e oferecer interpretação e opinião baseado nas notícias”.

Em seu ensaio *O acontecimento*, sobre discurso jornalístico, publicado em 1988, Adriano Duarte Rodrigues destacou que, quando o leitor folheia a página de um jornal, ele parte “habitualmente do pressuposto de que o jornalista é digno de confiança e que relata

aquilo que efetivamente aconteceu”. “Fazemos fé na credibilidade da sua palavra, confiamos na fiabilidade das imagens do acontecimento. (Até porque) Raramente nos encontramos com a situação de podermos verificar *in loco* a veracidade dos fatos relatados”, afirma.

Existe, antes de mais, a idéia de que os *media* se limitam ou devem se limitar a tornar públicos os fatos ocorridos e os discursos proferidos por locutores competentes para lhes conferir determinados valores ilocutórios e perlocutórios, que se devem limitar a servir de instrumentos de mediação das ações e das palavras que ocorrem no mundo. Pela sua simples existência, os *media* não podem, no entanto, evitar que os atores e os locutores os utilizem para darem a entender ou para deixarem entender mais ou menos ou outra coisa do que dizem ou para fazerem algo diferente daquilo que fazem.

Segundo Rodrigues, a escolha dos termos, a ordem da sua apresentação e a seleção dos fatos expostos já pressupõem inevitavelmente a existência de juízos de valor fundamentados em critérios partilhados por um grupo, como forma de um acordo.

Em seu ensaio *Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos* (1993), Robert Hackett considera as limitações do “paradigma da objetividade”, e dos conceitos de parcialidade e de objetividade, que compõem um frágil suporte teórico. Para Hackett, não há como considerar mais uma comunicação imparcial, independente do mundo exterior.

Segundo o autor, as próprias formas utilizadas pela mídia para transmitir sua “imparcialidade” e neutralidade podem servir para disfarçar ou esconder as pressuposições ideológicas subjacentes. “Por isso pode ser contraproducente insistir meramente no fato de os jornalistas aderirem a formas de imparcialidade, porque essa adesão pode simplesmente ajudar a tornar a notícia ainda mais eficaz na dissimulação do seu enquadramento ideológico subjacente.”

Essa atuação mais subjetiva dos jornalistas sempre foi motivo de discussão entre comunicólogos de todo o mundo. Raymond Nixon, em seu livro *Análises sobre o jornalismo* (1963), argumenta que a opinião é uma das ferramentas de trabalho do jornalista, mas que a sua utilização caracteriza o que ele chama de “jornalismo opinativo” – e só poderia ser expressa dentro dele.

Segundo Nixon, para satisfazer às necessidades sociais, o jornalismo preenche quatro funções típicas. A primeira delas é o papel de observadora atenta da realidade, cabendo ao jornalista proceder como “vigia”, registrando os fatos, os acontecimentos e informando-os à sociedade. Isso corresponderia ao jornalismo informativo. Entretanto, o jornalismo muitas vezes reage diante das notícias, difundindo opiniões, o que a caracterizaria também como formadora de opinião, uma função já citada no parágrafo anterior.

Além disso, Nixon afirma que o trabalho do jornalista contribui para enriquecer o acervo de conhecimentos da coletividade, por meio de informações que esclarecem o que não é percebido claramente pelo público – essa função corresponderia ao jornalismo interpretativo. Uma última função, que caracterizaria o jornalismo de entretenimento, é a de preencher momentos de ócio, oferecendo informações não necessariamente utilitárias, mas que buscam entreter.

Outros estudiosos, como Emil Dovifat, apresentaram divisões distintas da apresentada por Nixon. Dovifat registra três formas de “expressão jornalística”: o estilo informativo, o estilo opinativo e o estilo “ameno” – que seria posicionada “entre a literatura e o jornalismo”.

A este estudo, no entanto, o que importa é a diferenciação entre o jornalismo informativo e o opinativo, e suas possíveis convergências. Até que ponto o jornalismo informativo efetivamente limita-se a relatar os fatos, e até onde o jornalismo opinativo limita-se ao âmbito das colunas e editoriais? Para José Marques de Melo (1994), essa “distinção entre a categoria informativa e a categoria opinativa corresponde a um artifício profissional e também político”.

Admitir a convivência de categorias que correspondem a modalidades de relato dos fatos e das idéias no espaço jornalístico não significa absolutamente desconhecer que o jornalismo continua sendo um processo social dotado de profundas implicações políticas, onde a expressão ideológica assume caráter determinante. Cada processo jornalístico tem sua dimensão ideológica própria, independentemente do exercício narrativo utilizado.

Para ele, estabelecer uma fronteira metodológica entre jornalismo informativo e jornalismo opinativo não leva a crer que a expressão de opiniões se reduza à segunda

categoria. A expressão da opinião, compreendida como mecanismo de direcionamento ideológico, “materializa-se através da filtragem que sofrem no processo de difusão, seja através da omissão, seja através da projeção ou da redução que experimentam na sua emissão”.

1.2 – Direcionamento e enquadramento noticioso

Melo mostra, em seu livro *A opinião no jornalismo brasileiro*, que as formas de direcionamento ideológico dentro de um jornal envolvem, antes de tudo, a linha editorial do veículo de comunicação. “A seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para expressar a sua opinião. É através da seleção que se aplica, na prática, a linha editorial.” A seleção permite então decidir o que publicar em cada edição, “privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos”.

Entretanto, o estudioso afirma que esse controle pode ser negociado, implicitamente, entre jornalista e empresa. O produto final então seria um misto da linha editorial do jornal e da ótica do próprio jornalista.

Os jornalistas sempre dispõem de artifícios para burlar a linha editorial. Isso nem sempre ocorre no plano da seleção fundamental, ou seja, informações ou opiniões que destoam abertamente da orientação empresarial. Quando acontece, são inevitáveis as soluções cirúrgicas (demissões, punições), além do rápido acionamento de mecanismos de retificação. Mas existe muito campo para a intervenção sutil dos profissionais naquelas questões que não constituem “pontos de honra” da empresa. E geralmente essa intervenção é tacitamente aceita pelos proprietários. Os jornalistas conseguem fazer “passar” certas informações do seu interesse político corporativo.

O direcionamento de opinião dentro de um jornal pode ser percebido pelo uso de “filtros ideológicos”, como a pauta – seleção do que entra ou não na cobertura diária –, o tipo de cobertura – aceitar ou não as versões dos informantes ou das agências de notícias –, e as fontes ouvidas. Este último ponto será interessante para este estudo, pois é extremamente importante saber diferenciar as fontes de uma cobertura internacional que é feita *in loco* (com correspondentes), das matérias que são produzidas por meio das informações de agências de notícias.

“Fontes contratadas são as agências informativas que se especializam na cobertura de fatos nacionais ou internacionais. Essas organizações geralmente são focos de poder político, porque controlam o que se publica ou deixa de ser divulgado”, explica Melo. Segundo o especialista, um dos recursos possíveis para restringir a dependência das fontes contratadas é a disponibilidade de mais de uma fonte, o que permite a “confrontação de dados”.

Para Robert Hackett (1993), a relação de poder que existe nos meios de comunicação não pode ser resumida à simples noção de parcialidade na cobertura jornalística. Segundo ele, o direcionamento das notícias, já visto anteriormente, faz parte de uma “orientação estruturada”. Ele propõe o uso desse termo ao invés do conceito “parcialidade”, pois a orientação estruturada inclui não só os aspectos característicos da parcialidade – favoritismo, distorção, desequilíbrio –, mas também os “vários tipos de orientações e relações sistemáticas que, inevitavelmente, estruturam os relatos noticiosos”. Pelo conceito de orientação estruturada, o conteúdo de cada jornal possuiu uma matriz ideológica composta por um conjunto de regras e conceitos – onde está inserida a linha editorial, de conhecimento dos jornalistas. Entretanto, a matriz ideológica, como um todo, nem sempre é usada pelos jornalistas de forma consciente ou com intenção de manipular a informação.

Um tal enquadramento não é necessariamente um processo consciente por parte dos jornalistas; pode muito bem ser o resultado da absorção inconsciente de pressuposições acerca do mundo social no qual a notícia tem de ser embutida de modo a ser inteligível para o seu público pretendido. (...) Hall (1982) defende que os relatos podem ser ideológicos, “mas não por causa da imparcialidade ou distorção manifesta dos seus conteúdos superficiais, mas porque são produzidos a partir de uma limitada matriz ideológica, ou porque são transformações assentes nessa mesma matriz”.

Dentro desse conjunto de regras e conceitos, um dos elementos mais importantes – e que vai causar mais impacto no destinatário da mensagem – é o enquadramento dos fatos, feitos pelos jornalistas. Hackett cita a análise de Todd Gitlin para definir a noção de enquadramentos noticiosos: “são padrões persistentes de cognição, interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais aqueles que trabalham os símbolos organizam geralmente o discurso, tanto verbal como visual”.

Outra definição, do sociólogo Erving Goffman, mostra que os enquadramentos sugerem princípios de organização que governam os eventos sociais e envolvimento dos indivíduos nestes eventos. Segundo Goffman (1974), tendemos a perceber os eventos e as situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: “o que está ocorrendo aqui?” “Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem às pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais”, interpreta o pesquisador Mauro Porto em seu artigo *Enquadramentos de mídia e política*.

Nele, Porto destaca que os efeitos de formulação podem ocorrer sem ninguém ter consciência do impacto do enquadramento adotado nas decisões e podem ainda ser explorados de forma a alterar a informação que é absorvida – funcionando como importantes instrumentos de poder. Como exemplo, ele cita os estudos feitos por Todd Gitlin sobre o enquadramento na cobertura do movimento contra a guerra do Vietnã feito pela mídia norte-americana, que colocava os grupos de contestação como marginais e superficiais. Veja a definição de Gitlin para o conceito de enquadramento:

Enquadramentos da mídia (...) organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira.

Porto, no entanto, ressalta a diferença fundamental entre dois tipos de enquadramento: o noticioso e o interpretativo. Ao contrário do que acontece com a distinção feita por Raymond Nixon para separar jornalismo informativo e opinativo (pela função), aqui, a distinção se refere, principalmente, à fonte da informação. O primeiro tem como origem o jornalista, e o enquadramento interpretativo é geralmente elaborado por atores políticos e sociais. “Enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos. (...) seria o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros.”

Os enquadramentos interpretativos, por sua vez, operam em um nível mais específico, sendo usados por atores sociais diversos, como representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais. “Enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, etc.”, explica Porto.

Dentro do enquadramento noticioso, no entanto, os jornalistas também podem demonstrar sua opinião indiretamente. Segundo Tuchman (1972), “jornalistas geralmente citam outros autores para promover interpretações específicas da realidade política”. “Como vários autores já demonstraram, repórteres evitam apresentar interpretações de forma direta e citam afirmações de outros atores para dizer o que elas ou eles próprios pensam”, detalha.

Aqui, nesse estudo, vamos estudar apenas o enquadramento noticioso do que saiu nos dois jornais sobre o presidente Hugo Chávez. Para essa análise, não vai interessar a manifestação, por meio de artigos ou colunas, de pessoas externas ao jornal. E como os enquadramentos noticiosos também são resultados de escolhas feitas por jornalistas quanto ao formato das matérias – e que têm como consequência a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade percebida –, vamos buscar compreender as escolhas feitas em relação a Chávez.

1.3 - O que é notícia?

Reconhecer o que é ou não um fato digno de ser noticiado é uma das atribuições mais subjetivas do jornalista. Percebe-se, comparando diariamente a capa de vários jornais, que alguns acontecimentos são considerados notícia por todos os veículos de comunicação. Outros, são motivo de destaque em uns e descartados por outros. Mas o que é avaliado na hora de determinar o que é ou não digno de ser publicado?

Segundo Rodrigues (1993), apesar de toda a matriz ideológica que pode influenciar ou não a publicação das matérias, os fatos são soberanos. “Em função da maior ou menor

previsibilidade, um fato adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidades têm de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico”, explica. Rodrigues pontua três características de um fato que podem ser considerados “registros de notabilidade” (o que dará ao acontecimento o status de notícia): o excesso, a falha e a inversão. O primeiro, destacado por Rodrigues como o mais freqüente, é também o que vai ser mais importante para esse estudo.

O registro do excesso é, de todos, o mais corrente, visto ser irrupção por excelência do funcionamento anormal da norma, emergência escandalosa de marcas excessivas do funcionamento normal dos corpos, tanto dos corpos individuais como dos corpos coletivos e institucionais. (...) Neste registro estão compreendidas todas as figuras do cúmulo e da *hubrys* grega, da desmedida que tanto pode ser celebrizada com a entrada para o Guinness Book como sancionada de maneira extrema pela ultrapassagem do limiar físico da morte ou do limiar moral da condenação.

A falha, por sua vez, procede por defeito ou por insuficiência no funcionamento normal e regular de indivíduos e coisas. “Os acidentes pertencem habitualmente a este registro, os acidentes cósmicos, naturais, dos cataclismos, das inundações, dos terremotos, mas também os acidentes da circulação de automóveis que param o trânsito (...)”, descreve Rodrigues. Já os traços de inversão acabam virando notícia pelo sentido de ironia presente, como, por exemplo, um ladrão que venha devolver o carro para o dono.

Os fatos que registram excesso, falha ou inversão, no entanto, não esgotam a gama de acontecimentos notáveis. A própria notícia, para Rodrigues, emerge como acontecimento notável, a partir do momento em que o fato se torna público. A esses fatos, que se tornam notícia por saírem na imprensa, o autor dá o nome de meta-acontecimentos. “O excesso, a falha e a inversão são apenas registros-pretexos, formas referenciais simuladoras das figuras discursivas que definem os meta-acontecimentos. Estas continuam a dar-se como fatos, mas a sua emergência é toda ela inscrita na ordem do discurso, na ordem da visibilidade simbólica da representação cênica.”

A seleção das notícias por meio dos jornais acaba determinando os assuntos sobre o que as pessoas devem pensar. É o que afirma a teoria da chamada “agenda-setting”, descrita aqui por Shaw (1979):

Em consequência da ação dos jornais, da televisão e de outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir de seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas.

De acordo com Shaw, a hipótese do agenda-*setting* não defende que a mídia pretenda persuadir. “Os *mass media*, descrevendo e pesquisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir”. Segundo ele, o pressuposto fundamental do agenda-*setting* é que “a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass media*”.

Além disso, a hipótese do agenda-*setting* toma como postulado um impacto direto sobre os destinatários, definindo a “ordem do dia” dos temas e assuntos presentes na agenda dos meios de comunicação, e a hierarquia de importância e de prioridade deles. “O modo de hierarquizar os acontecimentos ou os temas públicos importantes, por parte de um sujeito, assemelha-se à avaliação desses mesmos problemas feita pelos *mass media*, apenas se a agenda dos *mass media* for avaliada num período longo de tempo, como um efeito cumulativo”, detalha Shaw.

Os estudos sobre a hipótese do agenda-*setting* mostram ainda que os veículos de comunicação impresso têm mais “poder de agenda” do que os meios televisivos. Isto é, os jornais impressos são mais eficientes em determinar ao indivíduo sobre o que ele deve pensar. Segundo Mauro Wolf, as características produtivas dos noticiários televisivos não permitem uma “eficácia cognitiva duradoura”, enquanto a informação escrita possui uma capacidade de assinalar a diferente importância dos problemas apresentados. “A informação escrita fornece aos leitores uma indicação de importância sólida, constante e visível, enquanto a informação televisiva tende, normalmente, a reduzir a importância e o significado do que é transmitido”.

1.4 – Papel do jornal na construção da imagem pública

Por todos esses conceitos vistos até agora, percebe-se que o jornalismo representa, visivelmente, um instrumento de poder. Ao determinar sobre o que os indivíduos devem pensar e como – por meio dos enquadramentos de cada matéria –, a imprensa acaba ajudando a construir imagens públicas – positivas ou negativas – de indivíduos ou grupos.

De acordo com Wilson Gomes (2004), a imagem pública é um “complexo de informações, noções e conceitos, partilhados por uma coletividade qualquer” a respeito de um sujeito ou instituição. E ela não necessariamente está ligada aos componentes visuais – a forma como o indivíduo se apresenta –, mas pode estar associada a seus atributos físicos e intelectuais, bem como pode ser resultado de discursos, ações e posições ideológicas. “Esse conhecimento/ reconhecimento inclui, em geral, tudo aquilo que se pode dizer sobre o modo como são vistos, por uma quantidade numericamente significativa de indivíduos, num intervalo variável de tempo e pessoas”, detalha Gomes.

Em sua dissertação de mestrado em Ciência Política pela Universidade de Brasília, Diana Barbosa, que estudou a construção da imagem pública de Severino Cavalcanti na imprensa, alega que a imagem pública é uma construção que não pode possuir um vínculo concreto com a realidade, e corresponde àquilo que o indivíduo parece ser e não necessariamente aquilo que ele é. “A imagem pública se torna mais vulnerável à medida que aumenta a disponibilidade de informações sobre os atores, e que o público que a percebe se mostra flexível o suficiente para abandonar pré-conceitos sobre os indivíduos e mudar de opinião a respeito deles”, afirma Barbosa.

Segundo Gomes, embora a imagem seja concretizada na sua recepção pelos indivíduos, ela começa a ser formulada no momento da sua emissão (por meio de um veículo de comunicação, por exemplo), a partir de um conjunto de valores e expectativas que os políticos e seus marketeiros reconhecem como disseminados na sociedade. “Assim, a assimilação da imagem projetada não é resultado de um fato eventual, mas de um processo longo e duradouro”. Gomes diz ainda que não é possível existir um controle absoluto sobre a recepção e a interpretação dessa imagem, que depende de características que fogem do controle dos emissores, como inclinação política e percepções da realidade por parte do receptor. Entretanto, nesse trabalho não abordaremos essa recepção pelo leitor.

2 – A VENEZUELA DE HUGO CHÁVEZ

2.1 – A trajetória de Chávez ao poder

Entre 1831 – quando foi proclamada a independência da Venezuela – e 1958, o país só foi governado por civis durante nove anos. Com a derrubada da ditadura do general Marcos Pérez Jiménez (em 1958), começa o período democrático mais longo na história venezuelana, no qual os principais partidos que participaram na luta contra o regime militar constróem um acordo de governabilidade, conhecido como o “Pacto do Ponto Fixo”. Durante quatro décadas, o Partido Ação Democrática (AD) e o Comitê Eleitoral Independente (Copei) se revezaram à frente do país. Em 1998, no entanto, o cenário irá mudar novamente, com a ascensão de um líder polêmico ao poder.

A trajetória de Hugo Chávez começa bem antes das eleições que o colocaram no Palácio Miraflores. De origem humilde, Chávez nasceu e foi criado em Barinas, no oeste do país. Aos dezessete anos, entrou para a Academia Militar da Venezuela, onde teria toda a sua formação ideológica e política. No Exército, começou a aprofundar seu estudo sobre Estratégia militar e teoria política e sobre a história da Venezuela. Foi lá também que entrou mais em contato com a trajetória de Simón Bolívar, e memorizou seus grandes discursos.

“É na Academia que (Chávez) começa a se sentir atraído por regimes de esquerda na América Latina. São os anos em que os Estados Unidos – embarcados na Guerra do Vietnã – vão perdendo sua tradicional hegemonia econômica na região, ante a onda de nacionalizações e reformas, mas insistem em mover os fios da política nos países latino-americanos, apoiando regimes de direita e sabotando os de esquerda” (Marcano e Tyszka, 2005)¹. No começo da década de 1970, Chávez conhece no Exército o filho do general panamenho Omar Torrijos, que, sendo tenente-coronel como o venezuelano, ascendeu ao poder após um golpe de estado. Na mesma época, viu cair, no Chile, o ícone Salvador Allende.

Mas o modelo que mais irá influenciar Hugo Chávez será o da revolução nacionalista do general peruano Juan Velasco Alvarado. Em 1974, o venezuelano foi a

Lima para participar da comemoração dos 150 anos de independência do Peru. “Tinha 21 anos, estava no último ano da Academia e já andava com uma clara motivação política. Para mim, foi emocionante viver como jovem militar a revolução nacional peruana”, afirma Chávez no livro de Marta Harnecker *Un hombre, un pueblo* (2002).

A Venezuela, no entanto, vivia uma democracia estável, com o democrata cristão Rafael Caldera (1969-1974) – que proclamou inclusive a tese da “justiça social internacional”, a fim de “buscar uma nova ordem internacional, de menor desigualdade entre Sul e Norte”. Seu sucessor, o social-democrata Carlos Andrés Pérez, também parece querer um Estado com menos influência estrangeira. Em 1975, ele nacionalizou a indústria siderúrgica e a gigantesca indústria petroleira, até então em mãos de empresas americanas, britânicas e holandesas. “A Venezuela vive um ambiente de estabilidade social e econômica – há abundância petroleira, a moeda local é forte, os dólares são baratos e a classe média desfruta de bem-estar. Existe certa mobilidade social e as camadas mais baixas da população vêem o futuro com esperança. (Marcano e Tyszka, 2005)²”

Nessa época, Chávez já começa a pensar na possibilidade de um golpe, mas não há espaço para isso no primeiro governo de Pérez (1974-1979). Porém, no seu segundo mandato (1989-1993), após quase 15 anos de conspirações no Exército, com outros militares, Chávez finalmente colocará o plano do golpe em ação. O cenário é propício: nos três primeiros anos de governo de Pérez, registraram-se 120 marchas e 46 greves em todo país. Mais de 50% da população desejava um novo governo.

Na madrugada de 4 de fevereiro 1992, Chávez comanda um golpe contra Pérez, que consegue contornar o plano orquestrado há anos. Os golpistas tomam posições em Caracas, Maracaibo, Valencia e Maracay (que abriga importante base militar). Em Caracas, Pérez consegue conter os militares com as forças que se mantêm leais a ele. Chávez é preso na manhã seguinte à tentativa de golpe, junto com outros 300 soldados. A partir de então, o povo venezuelano passa a conhecer Chávez, que será eleito, democraticamente, seis anos depois.

Tudo parecia disposto para que Hugo Chávez começasse a se transformar em um símbolo. De forma natural, as pessoas passaram a fazer longas filas diante do cárcere para conhecê-lo. De repente, foi tocado pelo anjo da popularidade. Um anjo feroz que, segundo afirmam algumas pessoas próximas do

¹ MARCANO, Cristina. e TYSZKA, Alberto B. *Hugo Chávez sem uniforme: Uma história pessoal*. São Paulo, Gryphus: 2005, p. 42-43

tenente-coronel, o transformou em outra pessoa. No começo, tudo parecia parte de uma estranha curiosidade. Os jornalistas percorreram alguns povoados da planície, conheceram a família Chávez, indagaram, introduziram telefones celulares na prisão para obter as primeiras entrevistas de rádio... fizeram seu trabalho, as reportagens e as crônicas de rigor. Porém, pouco a pouco, as filas de pessoas que desejavam visitar Chávez no cárcere se tornaram maiores. Gente de todo tipo queria ver os golpistas. Muita gente do povo, dirigentes políticos, alguns intelectuais de esquerda. Talvez mais de um pressentiu que, por detrás das grades, começa a surgir um fenômeno de popularidade. (Marcano e Tyszka, p. 117)

Dois anos depois, Chávez foi libertado com o consentimento de Rafael Caldera, que estava em seu segundo mandato e nem imaginava que poderia ser sucedido pelo militar que teve o golpe fracassado. Mas Chávez, que já gozava de boa popularidade, resolveu abandonar os quartéis e se dedicar de uma vez à vida política. Em 1997, criou o Movimento Quinta República (MVR), que serviria de “embrião” do Pólo Patriótico, coligação de esquerda e centro-esquerda pela qual Chávez se elegeria em dezembro de 1998.

Os partidos que formaram o Pólo Patriótico – Movimento para o Socialismo (MAS), Pátria para todos (PPT), Partido Comunista da Venezuela (PCV) e Movimento Eleitoral do Povo (MEP) – não tinham grande envergadura, mas estavam unidos a partir de uma figura pessoal de um candidato forte. Segundo Marcano, Chávez conseguiu capitalizar as ânsias coletivas de mudança com seu talento comunicativo, gerando a idéia de que “sua eleição, em si mesma, já era uma fratura da história, uma transformação”.

O mandatário assume a presidência em 2 de fevereiro de 1999, dizendo que vai acabar com “quarenta anos de democracia corrupta”. Rafael Caldera não quis passar a faixa presidencial a Chávez, deixando que o novo presidente do Congresso, Luis Alfonso Dávila, também um militar, o fizesse. O clima de euforia é grande no país: “uma multidão de simpatizantes, ataviados com boinas vermelhas, enlouquece dando vivas a seu líder – um outsider que – com seu discurso antipolítico – transformou a apatia dos venezuelanos em esperança e fervor” (Marcano e Tyszka, 2005)³. Nessa época, mais da metade da população (57,2%, mais de 13 milhões de pessoas) estava abaixo da linha de pobreza.

Já na posse, Chávez chamou a Constituição do país (que vigorava desde 1961) de “moribunda”, e declarou que já tinha uma “Carta Magna adequada aos novos tempos”. Sua

² MARCANO, Cristina. e TYSZKA, Alberto B. *Hugo Chávez...* p. 85.

³ MARCANO, Cristina. e TYSZKA, Alberto B. *Hugo Chávez...* p. 115.

primeira medida? A criação de um decreto para a realização de um referendo consultivo que impulsionasse a uma assembléia constituinte para enterrar a Constituição vigente.

Em abril, menos de três meses depois de Chávez assumir a presidência, os venezuelanos aprovaram, em referendo (embora com abstenção de 62,4%) a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Exatamente três meses depois, mais de mil candidatos disputaram os 128 assentos da Assembléia. O governista Pólo Patriótico obteve 66% dos votos, mas, devido ao sistema adotado, leva 95% das cadeiras. A oposição fica com apenas 5%.

O resultado será fundamental para a elaboração da nova constituinte e de sua aprovação. “Com contadíssimas exceções, tudo o que o mandatário propõe será incluído na nova Constituição. Os constituintes oficialistas trabalham durante quatro meses como diligentes alfaiates dedicados a fazer o traje sob medida”, lembram Marcano e Tszyka. Entre os itens mais polêmicos, estão a reeleição imediata, o aumento do período presidencial de cinco para seis anos – o que daria a Chávez a chance de permanecer por 12 anos seguidos no poder –, a criação do Poder Moral, o voto militar e a mudança de nome do país, que passa a se chamar República Bolivariana da Venezuela. Em dezembro de 1999, a Constituição foi aprovada em consulta popular, por 71% de aprovação de apenas 45% da população (mais da metade dos venezuelanos se absteve da votação).

Quando faz um ano de governo, Chávez lança como sua principal bandeira o “Plano Bolívar 2000”, um projeto de US\$ 113 milhões para o bem-estar social, administrado por funcionários militares de alta patente. A idéia era estreitar os vínculos entre as Forças Armadas e o povo, colocando os soldados para trabalhar em construções de casas e até em novos mercados populares. Mas logo alguns militares apareceram ligados a casos de corrupção, o que atrapalhou o plano. Os escândalos e o modo como Chávez tem levado o governo fazem com que seus companheiros do golpe de 1992 – Jesús Urdaneta, Francisco Arias e Yoel Acosta – o acusem de trair as metas revolucionárias, entre elas a de combate à corrupção.

Em 30 de julho de 2000, ocorreram as chamadas “mega-eleições”, nas quais, pela primeira vez na história do país, foram eleitos o presidente, governadores, parlamentares nacionais e regionais, além de prefeitos e vereadores. O resultado nas urnas mostrou que a preferência por Chávez entre os eleitores havia aumentado como um todo – de 56,2% em

1998 para 59% em 2000 – cerca de 80 mil eleitores a mais. Três quintos da Assembléia Nacional unicameral também ficam nas mãos dos governistas (90 cadeiras, de um total de 165), o que permitirá ao chefe de Estado maior liberdade para aprovar projetos.

Nos executivos estaduais, Chávez também consegue importantes vitórias: o oficialismo passa a controlar 16 de um total de 24 governos. Destes, 14 candidatos eram praticamente desconhecidos que se favoreceram da popularidade do mandatário entre as classes mais baixas. O próprio pai do presidente, Hugo de los Reyes Chávez, assume o poder no estado de Barinas. “É o sonho do poder absoluto tornado realidade. Jamais um presidente venezuelano teve um caminho mais desimpedido”, destacam Marcano e Tyszka.

Ao discursar após as eleições, Chávez promete, em meio a uma situação econômica enfraquecida pelo fechamento de empresas e pela fuga de capitais, relançar um novo modelo econômico. Mesmo contando com a maioria no Parlamento, Chávez solicita à Assembléia Nacional que lhe conceda poderes extraordinários para elaborar um pacote de reformas – que se transformará em motivação para um futuro golpe de seus adversários.

2.2 – Popularidade em xeque e golpe

Apesar da grande aceitação entre as classes mais pobres, Chávez começa a receber as primeiras manifestações sérias de resistência da classe média devido às medidas adotadas por ele em relação à educação fundamental dos estudantes. Professores e donas de casa da classe média se revoltam com as mudanças, como a criação da disciplina “Instrução pré-militar”, obrigatória a cursos de bacharelado; e a permissão concedida ao Ministério da Educação para reescrever os textos escolares de História (os novos livros criticavam os 40 anos de democracia anteriores e louvavam o golpe militar de 1992 e a “revolução bolivariana”). A apresentação do Projeto Educativo Nacional (PEN) serve como estopim para colocar os pais e professores nas ruas para protestos anti-chavistas. Chávez resolve, então, voltar atrás nas duas últimas questões.

Vendo seu ideal bolivariano se esvaír, Chávez decide organizar quadros populares para reforçar o Movimento Bolivariano Revolucionário. São criados, então os Círculos Bolivarianos. “É preciso verdadeiros líderes em cada quadra, em cada esquina. O posto de

comando está onde tem de estar. Onde? Em Miraflores. Ali está o comando Político da Revolução”, declara o comandante em seu programa *Aló Presidente*, em 17 de junho de 2001. Em pouco tempo, a comparação entre os Círculos Bolivarianos e os Comitês de Defesa da Revolução cubanos (CDR) se tornou inevitável, assim como a indignação entre os empresários, os meios de comunicação e a classe média.

Em menos de um ano, Chávez elaborou, com o apoio de um Congresso oficialista, 49 decretos-lei – quase um por semana. A mais polêmica delas era a de Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, que previa a submissão da atividade agropecuária aos desígnios do governo. O empresariado nacional e os meios de comunicação criticaram a forma como foram criados, sem consulta prévia dos setores interessados. Chávez começou a perder importantes aliados.

“Em 2002, ele já havia se consolidado como o presidente mais amado e mais odiado pelos venezuelanos. As contínuas e prolongadas transmissões em cadeia, com as quais irrompe nas telas dos canais comerciais a qualquer hora e por qualquer motivo gera profundo mal-estar. (...) Um certo desgaste natural soma-se então à erosão, pelo exposição demasiada aos meios de comunicação e por seu estilo pugnaz.” (Marcano e Tyszka, 2005)⁴

O teor radical de seu discurso fez com que Chávez perdesse até mesmo o apoio de seu “pai político”: Luis Miquilena, que renunciou ao Ministério de Interior e Justiça. “Essa linguagem revolucionária mentirosa... eu dizia a ele: ‘Você não deu um beliscão na nádega de ninguém dos setores econômicos! Aqui fez a economia mais neoliberal que a Venezuela já teve”, afirmou Miquilena em entrevista concedida anos depois.

Em 11 de abril, no entanto, o comandante enfrentou seu pior obstáculo: um golpe de estado, agora tendo ele como alvo. E, ao contrário do golpe liderado por Chávez em 1992, este não contava apenas por um grupo formado por militares, mas também por membros do empresariado, dos meios de comunicação e de partidos políticos. Em menos de 48 horas, ele foi deposto e voltou ao poder. Nesse período, confrontos entre chavistas e golpistas deixaram 20 mortos e mais de 110 feridos.

O movimento da oposição surgiu após uma série de eventos no país. No dia 6 de abril, a Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV) convocou, por questões salariais, uma greve geral de 24 horas. No dia seguinte, Chávez destituiu sete altos

⁴ MARCANO, Cristina. e TYSZKA, Alberto B. *Hugo Chávez ...* p. 182-183.

executivos da estatal Petróleos da Venezuela, por questionarem a nomeação, pelo governo, de uma nova direção da empresa. O presidente também já não estava com boas relações com as redes de comunicação, que enfrentavam sua política de comunicações e questionavam suas longas cadeias em rádio e televisão.

Na manhã de 11 de abril, dirigentes da oposição lideraram uma marcha contra o governo, que teve, pelo menos, 500 mil participantes. Os confrontos começaram quando a marcha ultrapassou os limites permitidos previamente e seguiu em direção ao Palácio Miraflores, sede do governo. O prefeito da Caracas, Freddy Bernal, um oficialista, convocou então os seguidores de Chávez para defender o governo em frente ao palácio. Oficiais da Guarda Nacional tentaram impedir a chegada dos manifestantes a Miraflores, mas a confusão já estava formada. Ouvem-se tiros vindos de todos os lados e várias pessoas ficam feridas. Não se sabe, até hoje, de onde vieram os disparos. A oposição acusou o governo de usar grupos armados, oficiais e para-oficiais, contra a manifestação de protesto. O governo, por sua vez, afirma que oposição criou um plano para que alguns membros da Polícia Metropolitana e mercenários disparassem contra a marcha de protesto.

Nas horas que se seguem, Chávez apareceu, em cadeia nacional de televisão, para denunciar que as pessoas que se aproximavam do palácio só queriam lhe tirar do poder. Mas disse que o país estava na normalidade. As redes de televisão privadas começaram então a mostrar, junto com o discurso do presidente, imagens do confronto no centro de Caracas. Em minutos, o governo cortou os sinais dos canais privados.

Chávez mandou ativar o *Plano Ávila*, um projeto militar de segurança, mas de nada adiantou. O general Efraín Vasquez, comandante do Exército, se negou a acatar o plano e manifestou sua desobediência a Chávez pela televisão. De madrugada, o mandatário foi levado de Miraflores por militares para o Forte Tiuna. Chávez não concordou em assinar nenhuma das várias cartas de renúncia redigidas pelos golpistas.

Na manhã de 12 de abril, o presidente da federação empresarial Fedecâmaras, Pedro Carmona, anunciou publicamente que assumiria a presidência da Venezuela à frente de um governo cívico-militar de transição. No fim da tarde, ele se autoproclamou presidente em Miraflores e estabeleceu uma série de decretos que dissolviam todos os poderes públicos e suprimiam a denominação “bolivariana” do nome do país.

Essas normas, no entanto, foram o “ponto de inflexão” do golpe, segundo o economista e político venezuelano Teodoro Petkoff. “Esse decreto foi fundamentalíssimo para produzir uma mudança na correlação de forças na Força Armada, foi o que determinou uma virada para restabelecer Chávez no governo. (...) Os mesmos que aceitaram a idéia da saída de Chávez como solução para a crise política disseram ‘mandem buscá-lo’” (Marcano e Tyszka, 2005)⁵. Com pouco apoio da população e de golpistas que então viram as costas para um autoritário Carmona, este põe seu cargo à disposição na noite de 13 de abril. Pouco antes da meia-noite, Chávez é buscado na ilha de La Orchilla para ser levado de volta a Miraflores.

2.3 – Assistencialismo e aprovação no referendo

Após o golpe, Chávez continua governando para as classes mais pobres, de forma assistencialista. O país, no entanto vive uma situação complicada em diversos setores, como o econômico. Segundo dados do Banco Central do país, nos últimos três meses de 2002, a economia venezuelana despencou mais de 10% – a maior queda trimestral em 50 anos. A situação faz com que a oposição convoque uma greve nacional em dezembro de 2002. Acompanhada de manifestações de rua, a paralisação de 63 dias – a maior da história do país – estancou completamente a indústria petroleira, que gera 80% do total das exportações venezuelanas, e deixou o país sem combustível por vários dias. Chávez, que nem cogitava renunciar, então militarizou as instalações petroleiras e pediu a ajuda a seus aliados no Oriente Médio para conseguir atender aos compromissos de exportação. Contratou aposentados da indústria e técnicos estrangeiros e enfrentou o desabastecimento com importações de combustível e alimentos, principalmente do Brasil.

A longa paralisação acabou deixando a população farta. Chávez então se ergueu como triunfante e ordenou a demissão de cerca de 18 mil petroleiros, quase a metade do total de empregados da empresa estatal.

No ano seguinte, ao popularidade de Chávez vai aumentar ainda mais entre as classes pobres como as chamadas Missões, um conjunto de planos de assistência social implementado pelo governo a partir de 2003. O primeiro desses planos, chamado *Bairro*

⁵ MARCANO, Cristina. e TYSZKA, Alberto B. *Hugo Chávez...* p. 220.

Adentro, era destinado a atender aos problemas de saúde nos grandes bairros populares de diferentes cidades. O projeto previa a participação de médicos voluntários cubanos, que se mudavam para viver nessas regiões e, em pequenos ambulatórios, cuidavam da população.

A esse plano se seguiram uma série de programas educativos: *Misión Robinson*, um plano de alfabetização, *Misión Sucre* e *Misión Ribas*, dedicadas a atender aquelas pessoas que não tinham conseguido estudar ou que abandonaram os estudos primários ou secundários. Em seguida, foi criada a *Misión Vuelvan Caras*, que visava combater o desemprego e promover a autogestão. Chávez criou, ainda em 2003, outros programas sociais, e, no dia, 24 de dezembro deste ano, lançou a *Misión Cristo*, que abrangeria todas as outras missões e tinha como finalidade acabar com a pobreza até o ano 2021.

A crítica geral a todo o projeto concentra-se em três aspectos fundamentais: é populista, discricionário e não conta com nenhum controle social. (...) Todos (os programas) se sustentam no pagamento de salários e bolsas de estudo aos participantes, funcionam dentro de um sistema de filiação partidária, de fidelidade ao governo, e não têm nenhum tipo de auditoria em nenhum dos níveis de execução. Por isso, segundo alguns especialistas, os resultados oficiais não gozam de demasiada credibilidade. Não há como saber quantas pessoas participam das missões, quantos recursos se investem nelas, nem que resultados obtêm. (...) Ao que parece, a maior eficácia desses programas tem sido eleitoral. (Marcano e Tyszka, p. 340)

Os programas sociais de Chávez causam uma redistribuição de renda peculiar na Venezuela entre 2003 e 2005. De acordo com o Instituto Datos, o grupo “E”, que inclui os 15 milhões de venezuelanos com renda até US\$ 200 por domicílio, teve sua renda aumentada em 53% entre 2003 e 2004. Em 2005, a renda desse grupo continuou aumentando mais do que de todas as outras classes – cerca de 32%. Segundo o mesmo instituto, o grupo “D” – formado por trabalhadores que recebem baixos salários, mas que não são tão pobres para serem atendidos pelos programas sociais – viu sua renda declinar entre 2003 e 2005. A renda da classe que representa 23% da população não conseguiu sequer acompanhar a inflação no período. O segmento “C”, referente à classe média baixa, também teve um crescimento baixo, ante a classe “E” – cerca de 15%.

Enquanto isso, o governo de Chávez se coloca como um dos mais dispendiosos do período democrático no país. De acordo com dados oficiais compilados pelo deputado Carlos Berrizbeitia, do partido de direita Proyecto Venezuela (PV), os gastos da

Presidência aumentaram no governo Chávez – entre 1999 e 2004, o mandatário custava aos venezuelanos entre US\$ 6 mil e US\$ 7 mil por dia. Os números mostram que, em 2004, os gastos do governo ultrapassaram os US\$ 600 milhões – um crescimento de 54,3% em relação ao ano anterior. Nesse período, Chávez realizou 98 viagens, visitando 135 países – sem contar as viagens de menos de três dias, que não precisam da autorização do Poder Legislativo – e se ausentou do país por 284 dias. Os países mais freqüentados foram Brasil, Colômbia e Cuba.

No final de novembro de 2003, a Coordenadora Democrática (coligação contra o governo chavista) organizou um abaixo-assinado para convocar um referendo sobre a permanência de Chávez no poder. Oito meses depois, em 15 de agosto de 2004, o direito de Chávez ficar no poder foi posto à prova. O mandatário recebeu o apoio de 5,6 milhões de venezuelanos (59,06%), que decidiram que Chávez continuasse no poder até o fim do mandato, em 2006. Cerca de 27,5% dos eleitores votaram contra o presidente e 32% se abstiveram. Para muitos, o triunfo de Chávez no referendo revogatório de 2004 está diretamente ligado à distribuição de dinheiro e à ilusão através dos projetos assistencialistas.

A oposição insiste até hoje que houve fraude. Segundo os anti-chavistas, o presidente se valeu dos recursos do Estado durante a campanha e usufruiu de vantagens eleitorais com a aquiescência de um Conselho Nacional Eleitoral majoritariamente favorável – três dos cinco diretores do conselho eram governistas. Entretanto, não foi apresentada nenhuma prova de fraude. O referendo foi acompanhado e teve uma posterior auditoria com a presença de observadores internacionais como César Gaviria e Jimmy Carter – que a oposição até acusou de serem cúmplices do desfalque. “Não há nada que aponte irregularidade nesse processo eleitoral”, afirmou Carter à imprensa, na época.

2.4 – Endurecimento do discurso

Com a terceira aprovação em consultas populares em menos de seis anos (eleições de 1998 e 2000 e referendo), Chávez começa a se sentir seguro o suficiente para endurecer ainda mais o discurso contra as elites internas e contra alguns países, em especial, os Estados Unidos. Já em outubro de 2004, ameaça expropriar terras e empresas inativas na Venezuela. Como argumento, o presidente diz que a empresa e as terras são de utilidade pública, e se não estão sendo usadas corretamente, deverão voltar ao Estado.

No começo de 2005, Chávez denuncia que os Estados Unidos preparam um plano para desestabilizar a Venezuela. Em abril, encerra os projetos de cooperação militar e ordena a saída de instrutores americanos, alegando que os instrutores americanos geravam “intranqüilidade” nos quartéis do país. Quatro meses depois, o mandatário afirma que os Estados Unidos pretendem invadir a Venezuela. “Esses planos existem, existem inclusive, cálculos de quantos bombardeios diários serão necessários. Há exercícios para isso, são feitos jogos de guerra. O objetivo? A Venezuela”, disse Chávez em seu programa *Aló presidente!* de 3 de julho de 2005.⁶ O mandatário já havia, em junho, cancelado sua presença em um desfile militar por uma suposta ameaça de morte.

O venezuelano, no entanto, toma posições cada vez mais polêmicas, que são motivo de preocupação para a Casa Branca. Durante todo este ano, Chávez se aproxima do governo iraniano, inclusive declarando apoio ao seu programa nuclear, ao qual os Estados Unidos e a Europa se opõem. Também diz que pretende desenvolver um programa nuclear na Venezuela. Ele ainda estreita relações com China, Índia e Rússia, como parte de uma estratégia de combate à “hegemonia americana no mundo”.

Para Roett⁷, as ações cada vez mais concentradas de Chávez contra os interesses norte-americanos mostram uma intenção clara do venezuelano. “Chávez está congregando países que rechaçam o unilateralismo americano e as políticas que tem acompanhado essa postura, em um momento em que o petróleo e as armas criam vínculos cada vez mais estreitos”, explica.

⁶ Folha Online: *Chávez diz que EUA planejam invadir a Venezuela*, 3 de julho de 2005. Data de acesso: 19 de junho de 2008

⁷ ROETT, Riordan. *Estados Unidos y América Latina: estado actual de las relaciones*. Nueva Sociedad, número 206, novembro/dezembro, 2006.

Há um ou dois anos, a preocupação pelo papel de Chávez se limitava à América Latina e ao Caribe. Mas nos últimos tempos, o presidente venezuelano está provocando em Washington uma “dor de cabeça” em escala global. Chávez tem associado cada vez mais a sua “Revolução Bolivariana” com a redução ou a eliminação da presença norte-americana no hemisfério ocidental e começou a formar – segundo a visão dos analistas políticos nos EUA – uma coalizão anti-americana, que inclui Havana, Damasco, Luanda e outros atores pouco amigáveis. Os laços cada vez mais estreitos entre Venezuela, Rússia e China geram ainda mais preocupação. (Roett, 2006)

As duras críticas de Chávez ao governo de George W. Bush e aos organismos internacionais são feitas até mesmo em território americano. Durante sua participação na 60ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2005, o venezuelano disse que a ONU “não serve para nada” e denunciou que o documento de reforma da organização foi imposto de “forma ditatorial”, por não ter sido combinado sem votação no fim da cúpula. No ano seguinte, Chávez usa seu discurso nas Nações Unidas para pedir ao mundo que se levante contra as pretensões hegemônicas americanas, “que colocam em perigo a sobrevivência do planeta”. Em uma mensagem que foi amplamente repercutida pelos veículos de comunicação em todo o mundo, Chávez chama o presidente americano George W. Bush de “diabo”. “O diabo está em casa. Ontem, o diabo veio aqui. Este lugar cheira a enxofre”, disse, em referência à participação de Bush na Assembléia.⁸

Os discursos inflamados também acontecem em países vizinhos, como Argentina e Brasil. Em novembro de 2005, durante a 4ª Cúpula das Américas em Mar del Plata (Argentina), Chávez fez um ato para mais de 30 mil pessoas contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a presença de Bush no encontro. Nele, “decretou” a morte da Alca. “Cada um de nós trouxe uma pá, porque aqui em Mar del Plata está o túmulo da Alca”, gritou Chávez, que, em seguida, usou palavrões para se referir ao acordo, levando os mais de 10 mil presentes ao delírio.⁹

Em janeiro de 2005, o venezuelano também não poupou palavras ásperas durante o 5º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Em uma fala de quase três horas, Chávez criticou o “imperialismo diabólico” dos Estados Unidos e disse que “para romper com o imperialismo só há o caminho da revolução”. No ano seguinte, em Caracas, o mandatário

⁸ Folha Online: *Chávez mantém ataque e chama Bush de "diabo" em discurso na ONU*, 20 de setembro de 2006. Data de acesso: 19 de junho de 2008

⁹ Folha Online: *Chávez faz ato contra Alca para 30 mil pessoas na Argentina*, 4 de novembro de 2005. Data de acesso: 19 de junho de 2008

encerrou a sexta edição do mesmo fórum pedindo que o movimento contra a globalização adotasse o lema “socialismo ou morte”.

Mas quando Chávez começou a ultrapassar o nível das ameaças, o governo norte-americano demonstrou preocupação e também subiu o tom. A expulsão do adido naval da Embaixada dos Estados Unidos em Caracas, John Correa, em fevereiro de 2006, foi um dos estopins para que a relação entre os dois países beirasse o rompimento. Correa seria um “espião”, segundo o presidente venezuelano, que ainda ameaçou retirar toda a missão militar americana do país se a suposta espionagem continuasse. O então secretário americano de Defesa, Donald Rumsfeld rejeitou as acusações no mesmo dia, em um discurso duro no qual comparou Chávez a Adolf Hitler. “(Chávez) é uma pessoa que foi eleita legalmente como Adolf Hitler. Depois consolidou o poder”, disse Rumsfeld, em uma conferência no Clube Nacional da Imprensa de Washington.¹⁰

Dois meses depois, as ameaças chegaram até o embaixador americano na Venezuela, William Brownfield. O diplomata, que havia sido agredido dias antes por um grupo de pessoas que atiraram ovos e frutas contra o carro em que ele estava, foi acusado por Chávez de ter “provocado” o incidente. “Se você vai continuar a provocar, pode preparar suas malas, porque vou lhe expulsar daqui”, ameaçou Chávez em seu programa *Aló Presidente* do dia 9 de abril de 2006.¹¹ Em retaliação, o governo americano ameaçou limitar a liberdade de movimento do então embaixador venezuelano em Washington, Bernardo Alvarez, como faz com o corpo diplomático cubano no país.

Outra ação que causou preocupação no governo americano foram as compras militares realizadas pelo governo de Chávez desde 2005: 24 caças Sukhoi, 100 mil rifles AK-103 e 53 helicópteros militares vindos da Rússia. Além disso, o mandatário nunca escondeu que cogitava comprar cinco submarinos russos para uso “defensivo”. “A possibilidade está em estudo porque temos um mar territorial de mais de meio milhão de quilômetros quadrados, que precisamos vigiar”, explicou o governante em um comício em Caracas, em 22 de junho de 2007. “Não queremos disparar mísseis em ninguém. Mas se alguém vier aqui...”, completou Chávez, fazendo com a boca um som de disparos. Ainda

¹⁰ Folha Online: *Rumsfeld compara Chávez a Hitler após expulsão de adido*, 2 de fevereiro de 2006. Data de acesso: 19 de junho de 2008

¹¹ Folha Online: *Embaixador dos EUA pode ser expulso da Venezuela*, 9 de abril de 2006. Data de acesso: 19 de junho de 2008

em outubro de 2006, Rumsfeld demonstrou preocupação com as aquisições feitas até então: “Eu não sei de nenhum país que ameace a Venezuela, pelo menos não neste hemisfério”, disse o secretário de Defesa.¹²

2.5 – Mais poderes ao comandante

Apesar de todo o endurecimento no discurso do mandatário em relação às políticas interna e externa a partir de 2005, Chávez ainda possui aprovação em consultas populares, que lhe garantem cada vez mais poder. Em dezembro de 2005, ele conseguiu uma vitória importante para seu governo. Em uma eleição que não contou com a participação de candidatos da oposição (que boicotaram o pleito), a aliança de partidários do governante assegurou todas as 167 cadeiras da Assembléia Nacional. O partido MVR, de Chávez, conseguiu 114 cadeiras, três a mais do que a maioria de 111 necessárias para produzir leis orgânicas, aprovar projetos de reforma constitucional e designar funcionários.

No dia 3 de dezembro de 2006, os venezuelanos iriam novamente às urnas para as eleições presidenciais. A oposição já havia percebido como deveria agir para tentar derrotar o mandatário, que já estava no poder há sete anos e queria a reeleição. A primeira ação de campanha foi escolher um único candidato. “Várias pesquisas indicavam as características do candidato ideal: ‘um candidato diferente do passado, que venha de baixo, que tenha sofrido, que tenha sucesso e saiba escutar’”, destacam Maya e Lander (2007)¹³. Manuel Rosales, então governador do estado de Zulia, foi o selecionado, por melhor se encaixar no perfil.

De acordo com Maya e Lander, os levantamentos também mostravam que era preciso mudar o tom do discurso para enfrentar Chávez: “as pesquisas revelaram uma enorme aceitação das políticas sociais governamentais, principalmente as missões. Sendo assim, a mensagem do candidato não podia ser, como havia sido o discurso opositor predominante, de desaprovação dessas políticas”. Todo o esforço foi em vão. Chávez foi reeleito, para governar até 2013, com 62,9% dos votos, derrotando Rosales, que obteve 36,9%. O resultado, dessa vez, não foi contestado.

¹² Folha Online: *EUA tiram Brasil de "lista negra" militar*, 4 de outubro de 2006. Data de acesso: 19 de junho de 2008

¹³ MAYA, Margarita López e LANDER, Luis E. *Venezuela: em direção ao socialismo do século XXI?* Política. Externa, vol. 15, no. 4, 2007.

Diferentemente de todos os precedentes, dessa vez o processo eleitoral presidencial desenvolveu-se dentro de um clima mais de acordo com uma democracia formal, onde diversos atores políticos estabeleceram regras de jogo consensuais e aceitaram os resultados oficiais emitidos pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE). Entretanto, continuam persistindo debilidades institucionais importantes e mantém-se a acentuada polarização sociopolítica que caracterizou o processo venezuelano desde 1998, expressa tanto nos resultados quanto ao longo da campanha. (Maya e Lander, 2007)

Para Maya e Lander, a vitória de Chávez foi “contudente”, pois ele aumentou sua vantagem eleitoral tanto em termos absolutos como percentuais, colocando-se pela primeira vez acima dos 60%. “Entretanto, não é um dado fácil de interpretar no que diz respeito ao mandato que obteve. Durante a campanha, o presidente-candidato Chávez fez dois discursos paralelos e, em algumas ocasiões, contraditórios. Por um lado, fez uso de um discurso de confrontação, que em momentos de crise teve ótimo resultado. No entanto, esse foi acompanhado de outro, centrado no amor e na paz, com mais tolerância em relação aos que não compartilham seus projetos”, destacam os autores.

É fato que Chávez venceu pelo imenso apoio das camadas populares fiéis a ele. Em seu artigo, Maya e Lander mostram dados do Conselho Nacional Eleitoral, que evidenciam o comportamento dos eleitores de diferentes cidades e diferentes níveis de renda. “Na cidade de Caracas podemos ver como os três municípios pequenos, mas com maiores níveis de renda – Baruta, Chacao e El Hatillo – votam em peso contra Chávez (75,6%, 76,5% e 79,6% dos votos foram para Rosales, respectivamente), enquanto os grandes municípios – Libertador e Sucre – por reunirem a maioria dos bairros populares da zona metropolitana de Caracas, favorecem amplamente Chávez com seu voto (62,6% e 53,1%, respectivamente)”.

Após a reeleição e antes mesmo de assumir o novo mandato, Chávez faz anúncios que demonstram sua intenção de tornar o papel do Estado ainda maior. No começo de janeiro de 2007, ele declara que quer tirar a autonomia do Banco Central venezuelano e nacionalizar as empresas de eletricidade e de telecomunicações do país. Tudo será possível graças à reforma na Constituição de 1999 (que seu próprio governo criou), já prometida durante a campanha e prevista ainda para 2007. “O Banco Central não deve ser autônomo, esta é a tese neoliberal”, declarou Chávez ao discursar na posse de seu novo gabinete, no

dia 8 de janeiro¹⁴. No mesmo evento, garantiu: “tudo o que foi privatizado será nacionalizado. A nação deve recuperar a propriedade dos setores estratégicos”. “Estamos avançando em direção a uma república socialista na Venezuela, e isso requer uma reforma profunda de nossa Constituição nacional”, declarou. Em seu terceiro discurso de posse (depois de fevereiro de 1999 e agosto de 2000), Chávez reafirmou que o socialismo é a “salvação” da Venezuela e que pretende construir uma “Venezuela socialista” até 2013.

Para isso, Chávez usará de todos os meios que dispõe. No fim de janeiro, a Assembléia Nacional – cujos assentos são ocupados por governistas – aprovou a chamada Lei Habilitante, redigida pelo próprio presidente. A nova lei concede poderes especiais a Chávez, que poderá atuar por decreto, sem depender da aprovação do Legislativo, por 18 meses. Entre os assuntos passíveis de decreto estão a transformação das instituições do Estado, a participação popular, o exercício da função pública, o setor econômico e social, as finanças e tributos, e a seguridade cidadã e jurídica. Chávez também obteve o poder de fazer mudanças no setor energético – principal fonte de renda do país –, nas áreas de ciência, tecnologia, segurança e defesa, além de tomar decisões no que diz respeito a infraestrutura, transportes e serviços.

O período de 18 meses foi estipulado para que Chávez esperasse a aprovação do texto da reforma da constituição por referendo popular. “A Lei Habilitante transforma o presidente da República da Venezuela em um imperador – o imperador Chávez”, disse Teodoro Petkoff, então líder da oposição, aos jornais venezuelanos logo após a aprovação da medida.¹⁵

As ameaças de nacionalização continuam com a entrada em vigor da Lei Habilitante. Em fevereiro, o presidente disse que iria estatizar supermercados, frigoríficos e lojas, cujos proprietários estariam especulando com o preço de produtos de primeira necessidade. “Estou enviando mensagens aos produtores, aos intermediários, mas se continuarem empenhados em violar os interesses do povo, a Constituição e as leis, vou nacionalizar”, exclamou Chávez em um discurso em 14 de fevereiro. Em entrevista ao jornal venezuelano *El Universal*, o presidente da Fedecámaras, José Luis Betancourt,

¹⁴ Folha Online: *Hugo Chávez estuda tirar autonomia do Banco Central venezuelano*, 8 de janeiro de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

¹⁵ Folha Online: *Chávez governará por decreto na Venezuela durante 18 meses*, 31 de janeiro de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

classificou as declarações de Chávez como “uma séria ameaça” contra as liberdades econômicas.

Mas uma medida, em especial, vai provocar uma grande revolta na população venezuelana: a decisão de Chávez de não renovar a concessão da rede de televisão RCTV, uma das mais populares do país. O anúncio do fechamento da emissora privada, que estava no ar há 53 anos e fazia forte oposição ao governo Chávez, levou multidões às ruas no fim de maio de 2007. O governo justificou a não-renovação da concessão da única rede de TV de alcance nacional com a criação de uma nova TV pública, que teria a mesma frequência do sinal da RCTV.

Chávez, no entanto, chegou a dar declarações que revelavam uma outra intenção como fechamento da RCTV. Segundo o mandatário, que acusou a RCTV de “envenenar” os venezuelanos uma programação que promove o capitalismo, o fim do canal é um combate ao “capitalismo e à ditadura da mídia”.

Os protestos aconteceram em Caracas durante todo o fim de semana que antecedeu o fechamento da emissora e continuaram na semana seguinte. Pessoas da classe média, artistas, jornalistas e militantes de diversos grupos políticos se uniram nas manifestações que tomavam as ruas próximas à sede do governo. Milhares de estudantes de diversas universidades públicas e particulares se reuniram por duas vezes, em grandes manifestações, para protestar contra a decisão. Chávez tentou aproveitar o movimento a seu favor, declarando que os protestos estudantis são indício de que há democracia no país. “Onde estariam estes estudantes há 15 anos? Os estudantes que iam às ruas protestar eram assassinados, torturados, muitos desapareciam. São evidências muito claras de que hoje vivemos uma franca democracia, uma franca liberdade”, destacou o presidente durante a inauguração de uma termoelétrica.¹⁶

Dois meses depois, o mandatário conseguiu gerar mais uma grande polêmica. No seu programa *Aló Presidente* de 22 de julho, Chávez determinou à vice-presidência e aos ministérios do Interior e de Relações Exteriores que expulsassem do país estrangeiros que falassem mal da Venezuela e do governo. Como exemplo, citou o caso de dois

¹⁶ Folha Online: *Protestos estudantis refletem uma "democracia franca", afirma Chávez*, 16 de junho de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

venezuelanos que foram deportados da Colômbia porque o governo vizinho teria considerado “que estavam interferindo em seus assuntos internos”.¹⁷

Em meio a tantos desgastes públicos, o governo de Chávez continua elaborando o projeto de reforma da Constituição, que será submetida a referendo em dezembro de 2007. Menos de dois meses antes da consulta popular, a Assembléia aprovou um dos artigos mais polêmicos do texto: a ampliação do mandato presidencial de seis para sete anos e a possibilidade de reeleição ilimitada do presidente. Outras mudanças previstas no texto da reforma são a permissão para que o governo exproprie propriedades privadas sem ordem judicial e controle o Banco Central, e a criação de novos tipos de propriedades gerenciadas por cooperativas. Dos 350 artigos da Constituição de 1999, 69 serão divididos em dois blocos e submetidos ao referendo.

No dia 2 de dezembro, após um ano de sua reeleição, Chávez sofre sua primeira derrota em uma consulta popular desde que chegou ao poder. De acordo com o Conselho Nacional Eleitoral, 50,7% dos venezuelanos votaram contra o primeiro bloco de artigos e 51,05% contra o segundo. A abstenção foi de 44,9%. Logo após a divulgação dos resultados, Chávez reconheceu a derrota e parabenizou a oposição. O tom amistoso deu lugar a mais declarações polêmicas dois dias depois, em um discurso pronunciado em Miraflores e transmitido pelo canal oficial VTV: “Saibam administrar sua vitória, mas já a estão enchendo de merda, é uma vitória de merda. A nossa, chamem de derrota, mas é a da coragem”.

2.6 – Relações com o Brasil e o Mercosul

O texto da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, colocada em vigor já no primeiro ano de mandato de Hugo Chávez, traz um artigo específico para tratar sobre as relações com os países vizinhos. “A República promoverá e favorecerá a integração latino-americana e caribenha, em aras de avançar até a criação de uma comunidade de nações, defendendo os interesses econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais da região”, versa o artigo número 153. Para isso, prevê a possibilidade de “subscrever tratados

¹⁷ Folha Online: *Chávez quer expulsão de estrangeiros que falem mal de seu governo*, 22 de julho de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

internacionais que conjuguem e coordenem esforços para promover o desenvolvimento comum de nossas nações, e que garantam o bem-estar dos povos e a segurança coletiva de seus habitantes”.

Desde que assumiu a presidência, Chávez deixou clara a importância da América do Sul e da América Latina para sua política externa. Somente em seus dois primeiros meses no poder, o mandatário visitou 12 países, entre eles Brasil, Argentina, Colômbia, México, República Dominicana e Cuba. Daí em diante, começou a tecer alianças com quem se identificava – Fidel Castro, Lula, Néstor Kirchner – e a manter atritos e distanciamentos momentâneos com mais de meia dúzia de países: Colômbia, Bolívia, Chile, Peru, República Dominicana, Equador, Costa Rica e Panamá. “O mandatário prefere abertamente os governos de esquerda, e com a informalidade que o caracteriza, revela sua preferência por alguns dos candidatos em disputa quando há processos eleitorais em países da região”, detalham Marcano e Tyszka¹⁸.

Com o governo brasileiro, em especial, Chávez sempre teve uma boa relação. Inclusive durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, a quem o venezuelano sempre atribuiu uma grande admiração. De acordo com o ex-chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia¹⁹, que esteve à frente do Itamaraty entre 1995 e 2001, o primeiro contato de Chávez com Fernando Henrique Cardoso, foi por meio dos livros, enquanto o militar ainda estava na prisão em Yare, logo depois da tentativa de golpe em 1992. Entre as leituras do futuro mandatário, que nesse período consolidaram e organizaram as idéias que ele vinha cultivando desde a Academia Militar, estava a principal obra de FHC, o livro *Dependência e Desenvolvimento*.

Entretanto, os dois se conheceram como chefes de estado apenas em 1998, e Chávez sempre demonstrou um respeito muito grande pelo presidente brasileiro, que soube utilizar o prestígio para aconselhar o venezuelano em momentos cruciais. Segundo Uchoa, tanto em crises internas como internacionais, “FHC exercia um papel moderador, chamando a atenção de Chávez para a necessidade de evitar distorções de regras democráticas”.

O papel do Brasil nesse período, no entanto, foi além do aconselhamento. Durante o governo de FHC, teve início uma cooperação estratégica bilateral, com a construção da

¹⁸ MARCANO, Cristina. e TYSZKA, Alberto B. *Hugo Chávez ...* p. 271-283.

¹⁹ UCHOA, Pablo. *Venezuela - a encruzilhada de Hugo Chávez*. São Paulo: Editora Globo, 2003. p. 235-262.

rodovia Manaus-Caracas e ajudas importantes, como o envio de petróleo da Petrobras para abastecer a Venezuela durante a greve petroleira de 2002.

Segundo Lampreia, FHC também colaborou para amenizar a visão hostil do governo americano sobre Hugo Chávez. “Os americanos, no início, estavam vendo com muita preocupação a ascensão do Chávez, por conta de seu passado e do seu discurso de esquerda. Por isso, o Fernando Henrique disse ao Clinton que nada adiantaria hostilizar o presidente Chávez, porque isso o empurraria ainda mais para uma posição contestadora, radical”, lembra o ex-chanceler²⁰.

A eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, entretanto, impulsiona as relações entre os dois países, devido à afinidade político-ideológica entre o novo presidente brasileiro e Chávez.

Para Chávez, a ascensão de Lula representou a possibilidade de se criar, na América do Sul, uma resistência esquerdista às teses neoliberais que pautaram a globalização nos últimos anos do século XX e no início do século XXI. (...) Em Miraflores, o sentimento é que a gestão de FHC foi generosamente positiva para a “Venezuela Bolivariana”, mas excessivamente discreta quando se tratava de discutir assuntos continentais. Acredita-se que com o Brasil do presidente Lula – que se mostrou bastante disposto a fortalecer a sua posição no tabuleiro internacional – a Venezuela ganhou um aliado de dimensões continentais e vocação inequívoca para exercer papel de liderança na América Latina. (Uchoa, 2003, p. 241)

Logo que Lula assumiu no Brasil, em janeiro de 2003, a Venezuela ainda enfrentava a maior greve de sua história democrática. Para ajudar o governo vizinho, o Itamaraty reuniu um grupo de países com a intenção de dar apoio ao então secretário da Organização dos Estados Americanos, César Gaviria, que estava na Venezuela, tentando resolver o impasse entre governo e grevistas. Assim nasceu o Grupo de Amigos da Venezuela, formado por Brasil, México, Chile, Portugal, Espanha e Estados Unidos, e que começou a se reunir em janeiro de 2003 pra discutir saídas para a crise. As conversas estavam centradas na realização de um referendo popular, que poderia ser realizado a partir do meio do mandato de Chávez (em agosto de 2003), segundo a Constituição. Entretanto, ele só foi realizado um ano depois, e garantiu o direito de Chávez permanecer no poder até o fim de seu mandato, em 2006.

²⁰ *Ibidem*

Nesse momento, Brasil e Venezuela ficaram ainda mais próximos. “O conhecimento mútuo da realidade de cada um dos dois países parece estar aumentando, enquanto, no campo econômico, os negócios de brasileiros em solo venezuelano ganham fôlego novo”, destaca Uchoa, em seu livro de 2003. Segundo dados apresentados por ele, a soma das vendas no comércio entre os dois vizinhos mais do que triplicou entre 1990 e 2000, quando superou US\$ 2 bilhões.

Além das relações bilaterais, o Brasil foi e ainda é extremamente importante para o interesse venezuelano de entrada do país no Mercosul, por sua larga fronteira amazônica e pela importância geopolítica no continente. As negociações para a inserção do país no bloco, no entanto, só começam a acontecer a partir de 2004, quando Chávez iniciou uma intensa campanha diplomática, sempre colocando em jogo sua principal moeda – o petróleo. O anúncio oficial da adesão da Venezuela no Mercosul, como país associado, veio em julho do mesmo ano, na Cúpula de Puerto Iguazu, na Argentina. “Dado que foram concluídas as negociações para um acordo de livre comércio, acolhemos a Venezuela como mais novo sócio do Mercosul, associação esta que se efetivará quando o acordo for protocolado junto à Aladi (Associação Latino-Americana de Integração)”, esclarece a declaração final do encontro, assinada pelos presidentes do Paraguai, Brasil, Uruguai e Argentina. A admissão da Venezuela entre os países associados, que já contava com Bolívia e Chile, teve um importante impacto no referendo de agosto de 2004, vencido por Chávez.

Em 2 de março de 2005, uma outra aliança estratégica uniu Venezuela e Brasil, junto à Argentina. A criação do “eixo do sul” foi firmada por Lula, Kirchner e Chávez em Montevideu (Uruguai), durante a posse do presidente uruguaio Tabaré Vazquez. O acordo trilateral previa a elaboração de programas e planos conjuntos para o combate à pobreza, como a criação de um fundo não-reembolsável para atender a problemas emergenciais (Fundo de Convergência Estrutural), e o Banco Sul-Americano para o Desenvolvimento (Banco do Sul), além de fortalecer a idéia da Petrosul (uma associação entre as estatais Petrobras, PDVSA e a argentina Enarsa). “Os resultados dessas reuniões foram discutidos em uma nova cúpula presidencial trilateral, paralela à Cúpula América do Sul-Países Árabes, marcada para maio, em Brasília. Em um gesto surpreendente, Chávez convenceu os dois colegas a aceitar a ‘plena adesão da Venezuela’ ao Mercosul. (...) Por sua parte, Lula

ordenou então ao Itamaraty que ‘fizesse o que fosse preciso’ para incluir país vizinho no bloco” (Sequeira, 2007)²¹.

Tanta cortesia foi interpretada com bons olhos pelo governo venezuelano, que chegou a se declarar favorável à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU – uma das principais bandeiras do Itamaraty nas duas gestões de Lula. “O presidente Hugo Chávez expressou seu apoio às candidaturas do Brasil e da Índia, mas defenderemos também a idéia de dar maior poder à Assembléia Geral e a eliminação do direito de veto no Conselho de Segurança”, afirmou o chanceler venezuelano, Ali Rodriguez, em junho de 2005²².

A troca de agradamentos continuou em setembro de 2005, quando o presidente Lula declarou que a Venezuela tinha democracia “em excesso”, fazendo referência às vitórias de Chávez em todas as consultas populares feitas no país. “Eu não sei se na América Latina teve um presidente com as experiências democráticas colocadas em prática na Venezuela”, disse o brasileiro durante a solenidade de assinatura de um acordo entre a Petrobras e a estatal venezuelana PDVSA²³.

A lua-de-mel entre Chávez e Lula gera visitas de ambos os lados em 2006. Em abril, o venezuelano esteve em Brasília para discutir uma possível “nova integração” sul-americana proposta por ele. Na época, Chávez afirmou que seu país começaria a se desvincular da Comunidade Andina de Nações (CAN), por se tratar de um modelo de integração “fracassado” e baseado mais no comércio do que nas áreas política e social. Em entrevista a jornalistas, disse que a Venezuela apostaria então no Mercosul, apesar de achar que o bloco também deveria ser “reformulado”.

Em novembro, pouco antes das eleições presidenciais na Venezuela, é a vez de Lula – já reeleito – ir ao país vizinho para a inauguração da segunda ponte sobre o rio Orinoco, em Puerto Ordaz (sul do país). A obra havia sido construída com financiamento de US\$ 1 bilhão da empresa brasileira Odebrecht. Chávez, em clima de campanha, declarou “dia de festa” no país pela “ilustre visita” do brasileiro. No fim do mês, Chávez anunciou que, se

²¹ SEQUEIRA, Cláudio Dantas. *Diplomacia do Espetáculo: O papel da mídia na construção da política externa do governo Hugo Chávez*. Brasília, 2007.

²² Folha Online: *Venezuela apóia candidatura do Brasil ao Mercosul*, 3 de junho de 2005. Data de acesso: 19 de junho de 2008.

²³ Folha Online: *Lula diz que Venezuela tem democracia em “excesso”*, 29 de setembro de 2005. Data de acesso: 19 de junho de 2008

vencesse novamente as eleições, o primeiro país para o qual viajaria seria o Brasil. “Como veio aqui logo depois de reeleito, eu irei a Brasília. Estamos dispostos a acelerar ainda mais os processos de integração, como o Petrosul e o Banco do Sul”, disse o mandatário, três dias antes do pleito.²⁴

Durante sua visita a Brasília, o venezuelano destacou que seu objetivo principal no segundo mandato era reforçar a unidade sul-americana. “Nossa prioridade é a conexão Caracas-Brasília-Buenos Aires-Montevidéu, o eixo de integração do Sul”, afirmou.

Do encontro anunciado por Chávez, no entanto, o resultado mais significativo foi a retomada das discussões sobre o projeto do “Gasoduto do Sul” – pelo qual se pretende levar gás venezuelano até a Argentina e o Uruguai, ao longo de 10 mil quilômetros de tubulações que passam dentro do território brasileiro – proposto em 2005 por Chávez. Segundo ele, a Venezuela, que possui “a maior reserva de petróleo do mundo e uma grande reserva de gás”, poderia também fortalecer a matriz energética do Brasil, que é um grande consumidor e “deficitário em energia para o futuro”.²⁵

Entretanto, uma matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*²⁶ dois dias após a posse do terceiro mandato de Chávez, em janeiro de 2007, sugere que Lula tem demonstrado sinais de reprovação de algumas atuações do colega bolivariano. Segundo a reportagem, o presidente brasileiro avalia que Chávez errou ao anunciar o plano de estatização e ao patrocinar uma emenda constitucional que permitirá a reeleição ilimitada no país. “Oficialmente e por ora, o discurso de Lula e do governo brasileiro será o de respeito à soberania venezuelana. Nos bastidores, porém, Lula disse em conversas reservadas que acha que Chávez está ultrapassando os limites da democracia e que perderá apoio de setores moderados da esquerda mundial”, destaca a matéria. A reportagem revela ainda que o brasileiro teria afirmado que Chávez “flerta perigosamente com o autoritarismo”.

Oficialmente, o discurso do governo brasileiro é outro. No mesmo dia da posse de Chávez, o assessor de assuntos internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia, disse não acreditar que houvesse uma situação “qualitativamente nova” em relação ao

²⁴ Folha Online: *Brasil será o primeiro destino de Chávez, caso seja eleito*, 30 de novembro de 2006. Data de acesso: 19 de junho de 2008

²⁵ Folha Online: *Hugo Chávez afirma que vai priorizar relações com Mercosul*, 7 de dezembro de 2006. Data de acesso: 19 de junho de 2008

direcionamento do governo Chávez. “Vamos acompanhar mais de perto. À medida que a coisa se desenvolve, vamos acompanhando”, afirmou Garcia²⁷. Segundo o assessor da Presidência, as decisões do presidente Chávez são assunto de política interna do país. “Temos evidentemente opiniões sobre a situação sul-americana, latino-americana, americana e mundial e, sempre que solicitados, expressamos e fazemos aquilo que nos parece adequado”, disse, em relação a uma possível interferência no caso de endurecimento do governo Chávez.

O venezuelano, por sua vez, parece cada vez mais obstinado na integração com os vizinhos, a fim de “formar um pólo de poder mundial na América do Sul”. Em menos de um mês, Chávez propôs a criação de uma moeda comum e a formação de um exército para a região. “O Sul é um conceito mais que geográfico, é ideológico para nós neste momento”, disse, durante uma reunião com ministros de Estado no Palácio Miraflores.²⁸

Em maio de 2007, no entanto, haverá o primeiro atrito direto de Chávez com o governo brasileiro. A decisão de não renovar a concessão de sinal para a RCTV, que causou grande indignação popular dentro da própria Venezuela também gerou opiniões contrárias entre os parlamentares brasileiros. No fim de maio, o Senado aprovou um requerimento com um pedido para que o presidente do país vizinho devolvesse a concessão ao canal. Chávez respondeu, dizendo que o Senado brasileiro agia “como um papagaio” do Congresso americano, e que era mais fácil o Brasil voltar a ser colônia portuguesa do que o seu governo devolver o sinal à RCTV. “O Congresso do Brasil deveria se preocupar com os problemas do Brasil. O Congresso é dominado pelos movimentos e partidos de direita, que estão tentando que a Venezuela não entre no Mercosul”, denunciou Chávez em cadeia nacional de televisão.²⁹

O presidente Lula, que a priori, disse que não iria se posicionar sobre o assunto, por se tratar de política interna da Venezuela, saiu em defesa do Congresso brasileiro. Segundo o chefe de estado, o Senado “não foi grosseiro” ao emitir o comunicado ao governo

²⁶ ALENCAR, Kennedy. *Lula avalia que venezuelano “flerta com o autoritarismo”*. Jornal Folha de S. Paulo, 12 de janeiro de 2007.

²⁷ BACOCINA, Denize. *Garcia não vê mudança “qualitativa” na Venezuela*. Agência de Notícias BBC Brasil, 10 de janeiro de 2007

²⁸ Folha Online: *Chávez defende criação de Exército para a América do Sul*, 3 de abril de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

²⁹ MAISONNAVE, Fabiano. *Congresso brasileiro é papagaio, diz Chávez*. Folha de S. Paulo, 1º de junho de 2007

venezuelano. “A nota do Congresso pede a compreensão apenas”, afirmou Lula, durante uma visita à Índia.³⁰

O embate com o Senado brasileiro teve impacto direto nas negociações para ratificar a entrada da Venezuela no Mercosul, que ainda tem a aprovação pendente nos Congressos do Brasil e do Paraguai. Em julho, Chávez chegou a dizer que estava disposto a “retirar a solicitação de entrada no Mercosul se a direita brasileira persistir em suas pressões” para impedir a adesão da Venezuela a bloco. Segundo o mandatário, seu governo “não está desesperado para entrar em um velho Mercosul, que não quer mudar”. “Nunca viram com bons olhos nossa incorporação a um novo Mercosul. A direita, as oligarquias sul-americanas não querem a voz da Venezuela, que é a voz dos povos, dos excluídos, dos que buscam um processo de integração novo”, disse Chávez em entrevista à Agência EFE.³¹

Segundo o mandatário, não havia problemas em se retirar do Mercosul pois a prioridade de seu governo era “construir um modelo de desenvolvimento próprio e fortalecer a Alternativa Bolivariana para as Américas(Alba) como um novo esquema de união entre os povos”. Os primeiros acordos da Alba foram assinados entre Cuba e Venezuela em dezembro de 2004, mas o grupo se formalizou em abril de 2005. Em 2006, a Bolívia se juntou aos primeiros membros e, em janeiro de 2007, foi a vez da Nicarágua.

No dia 3 de julho de 2007, o mandatário deu um “ultimato” de três meses aos dois Congressos – Paraguai e Brasil – para que referendassem o processo de adesão da Venezuela ao bloco. O ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, e a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, disseram que o governo brasileiro não iria aceitar esse tipo de pressão. “Ninguém marca prazo para país nenhum tomar decisão. Nem nós marcamos para os outros nem aceitamos que os outros marquem para nós, por mais amigos que sejamos”, declarou Guia em entrevista à imprensa nacional.³²

Chávez tentou reverter a situação no mês seguinte, negando o ultimato e culpando os Estados Unidos pelo mal-estar com o governo brasileiro. Em novembro, a Comissão de

³⁰ BBC Brasil: *Na Índia, Lula defende Congresso de acusações de Chávez*, 3 de junho de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

³¹ Folha Online: *“Não estamos interessados no velho Mercosul”*, diz Hugo Chávez, 29 de junho de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

³² Folha Online: *Ministro diz que Brasil não aceita ultimato de Chávez*, 4 de julho de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados brasileira aprovou a entrada da Venezuela no Mercosul. “Vou agradecer aos deputados do Brasil, ao Lula, ao Celso Amorim. Vou agradecer pessoalmente ao meu amigo Samuel Pinheiro Guimarães (secretário-geral do Itamaraty), muito amigo, um intelectual brasileiro que respeito há muito tempo”, disse Chávez no dia seguinte à aprovação³³. Entretanto, essa foi apenas a pequena primeira batalha. Para o mandatário, ainda faltam as ratificações no Plenário da Câmara e no Senado.

2.7 – Imagem que o próprio Chávez criou

Durante toda sua trajetória ao poder e no poder, Hugo Chávez apresentou posicionamentos que geraram empatia e repulsa entre a população venezuelana. Ao suavizar e endurecer o discurso com vistas a atingir objetivos específicos, também chamou a atenção no contexto internacional. Países vizinhos e nações que estariam “ameaçadas” pelas decisões do mandatário venezuelano passaram a acompanhar com atenção os movimentos de Chávez. Essas ações, por si só, geram uma imagem de Chávez para o mundo, que será interpretada de diversas maneiras, em diferentes países. Nessa parte, mostrarei como a imagem foi criada por Chávez. No capítulo seguinte, como ela foi repassada pelos jornais brasileiros a seus leitores.

Como foi mostrado anteriormente, Chávez era um militar desconhecido antes do golpe de 1992. O fracasso do golpe e sua prisão despertam uma curiosidade em torno da figura do desconhecido, que percebeu que deveria aproveitar o momento para impulsionar sua imagem. “Desde as suas primeiras declarações, ele invocou com furor Simón Bolívar como justificador e legitimador de todas suas ações”, lembram Marcano e Tyszka (2005). Isso é claramente comprovado em entrevistas como a que deu ao jornal *El Nacional*, em 2 de março de 1992: “O verdadeiro autor desta libertação, líder autêntico desta rebelião, é o general Simón Bolívar. Ele, com seu verbo incendiário, nos iluminou o caminho”. À mídia, narrou histórias de sua infância, de sua inspiração na figura do libertador. “Em vez de super-homem, meu herói era Bolívar”, contou em entrevista à revista chilena *Que Pasa*, em

³³ Folha Online: *Chávez agradece a Lula e deputados por voto a favor da Venezuela*, 23 de novembro de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

agosto de 1999, quando já estava no Palácio Miraflores.

Do cárcere do Quartel de San Carlos, Chávez aproveitou a curiosidade da mídia para se fortalecer como símbolo absoluto do movimento orquestrado por um grupo de militares. “Tínhamos um telefone público por duas horas. A gente o usava para chamar a esposa e os filhos. Chávez, em troca, dava declarações aos jornalistas, de meia hora e uma hora”³⁴, conta Jesús Urdaneta, então companheiro de Chávez e um dos militares que participou do golpe.

Ao sair da prisão, o ex-golpista começa a construir sua imagem pública. Entretanto, ele só vai recuperar aquele fervor mediático da época do cárcere quando decide concorrer às eleições de 1998.

Chávez, em seu momento, se queixou e acusou os meios de comunicação de tê-lo quase sob um regime de censura. William Izarra, que então trabalha junto com ele, também acentua que, naquele tempo, “quase toda a imprensa nos fustigava e negava espaço”. É possível que os meios de comunicação não desejassem pressioná-lo muito, mas também é verdade que, enquanto manteve um discurso radical contra a democracia e os processos eleitorais, sua popularidade caiu. A mudança fundamental ocorre em 1998. Desse momento em diante, sua relação com a mídia jamais perderá fluidez e será cada vez mais intensa. Em aliança ou confronto, mas sempre presente. (Marcano e Tyszka, p. 234)

Na campanha, Chávez quis passar a idéia de homem simples, que agia com naturalidade perante as massas. Os encarregados de planejar a campanha de Chávez afirmavam que ele não se deixava assessorar, que “fazia sua imagem ele mesmo”, mas é evidente que havia um apoio que ordenava mudanças no meio do caminho. “Chávez, às vezes, se tornava muito agressivo nos discursos. Tinha também certa tendência a usar uma terminologia guerreira, fúnebre, com demasiada frequência recorria à palavra ‘morte’. Tudo reforçava uma associação entre sua candidatura e o medo”, destacam Marcano e Tyszka. Segundo eles, outro risco que deveria ser monitorado era a associação de Chávez com os grupos que o apoiavam, como o Partido Comunista e outras organizações de esquerda, cujos discursos continuavam sendo radicais.

Naquela época, o militar reformado tinha o cuidado de não se colocar como um candidato de esquerda ou de direita. “Eu, Hugo Chávez, não sou marxista, nem tampouco

³⁴ MARCANO, Cristina. e TYSZKA, Alberto B. *Hugo Chávez ...* p. 233.

antimarxista. Nem sou comunista, nem anticomunista”, dizia, em suas entrevistas. “Publicamente, o mais longe que chega nas autodefinições ideológicas é declarar-se atraído pela Terceira Via, quando já está às portas de Miraflores e simpatiza com o premiê britânico Tony Blair”, lembram Marcano e Tyszka. A estratégia eleitoral era necessária, já que seus adversários o acusavam de ser “um comunista embuçado, que arrasaria com a propriedade privada dos venezuelanos”³⁵.

Uma das estratégias usadas com sucesso foi incorporar Marisabel Rodríguez, a segunda esposa do candidato, à campanha. “Ela fez parte de todo um plano destinado a tranquilizar a população, a ‘suavizar’ a imagem do candidato. Bonita, simpática, espontânea e coerente em suas falas, Marisabel era o oposto do soldado imprevisível e agressivo, mas estava junto a ele”³⁶.

Mesmo depois de eleito, Chávez nunca se assumiu como um político. Queria sempre passar a imagem de um homem do povo, que chegou ao poder para livrar os venezuelanos dos políticos. “Quando Deus criou o mundo, deu à Venezuela alumínio, petróleo, gás, ouro, minerais, terras férteis, tudo. Mas se deu conta de que era muito. Não vou dar tudo tão fácil aos venezuelanos, disse Deus, e nos mandou os políticos”, brincou Chávez, um mês antes de assumir o poder, em 1999, em uma viagem a Paris. Para Marcano e Tyszka, no entanto, embora não se assuma como tal, “os fatos demonstram que (Chávez) é um animal político: um homem dotado de grande intuição, grande olfato para o negócio da política, além das inclinações hegemônicas”.

Logo que assume, Chávez começa a colocar em prática uma grande estratégia de comunicação. Como base, ele impulsiona e apóia – com logística e financiamento – diversos projetos de comunicação, que vão desde um novo canal de TV pública (*Vive TV*), o jornal oficialista *Vea*, a revista *Question* e até mesmo a versão do *Le monde diplomatique* no país. Também cria o programa de rádio dominical *Aló Presidente*, que será, por todo seu governo, um canal direto e constante do presidente com a população. O programa é transmitido, ao vivo, todos os domingos pela manhã, e não tem uma duração definida – já chegou a durar mais de 7 horas e meia. A participação das pessoas se faz por meio de ligações telefônicas e em geral, são para louvar Chávez. Não há um formato específico – Chávez vai do casual a acusações contra presidentes de outros países. “(O programa) Pode

³⁵ MARCANO, Cristina. e TYSZKA, Alberto B. *Hugo Chávez ...* p. 25-38.

referir-se às atividades governamentais da semana, mas ele também pode falar do neto ou contar algumas historinhas de sua própria vida, cantar, comentar as notícias da imprensa ou resenhar as obras que seu governo adianta” (Marcano e Tyszka, 2005).

A boa oratória de Chávez também o ajudou desde o começo de sua carreira política. A habilidade comunicativa fez com que ele se tornasse um ídolo para as classes mais baixas da população rapidamente. “Chávez aprende rápido. Sabe como louvar o interlocutor. Sabe como cortear-lo, como fazê-lo sentir-se próximo”, destacam Marcano e Tyszka. No mesmo livro, o chefe da campanha de Chávez em 1998, Alberto Müller Rojas, corrobora: “Chávez, definitivamente, se enganou de profissão. Teria sido um comunicador de primeira ordem. Aqui, no mundo da TV, do cinema, não há ninguém como ele”.

Com um tempo de governo, no entanto, a oposição e certos setores da sociedade começam a ver Chávez com reticência. Começam a acusá-lo de promover a luta de classes e o ódio entre os venezuelanos, de incentivar o ressentimento social, de haver dividido o país. Mas os governistas defendem que, antes, a nação vivia uma “miragem de harmonia”, mas que as diferenças entre classes já existiam – Chávez só as teria colocado em evidência. Para Marcano e Tyszka, possivelmente, os dois lados têm alguma razão. “A imagem que os venezuelanos tinham de si mesmos sempre integrou um grande componente de igualitarismo, de diversidade policlassista que – graças a sucessivas bonanças petrolíferas – teciam relações sociais fluidas e sem atritos. Essa imagem, porém, escamoteia outra realidade: a enorme e crescente pobreza, o ressentimento daqueles que se sentem excluídos da grande festa nacional, da riqueza natural do país”³⁷.

De acordo com os autores, a raiz original do poder de Chávez reside no vínculo afetivo que ele estabelece com os setores populares do país.

Chávez sempre está perto. É um símbolo que não foi devorado pelos protocolos do poder. (...) É capaz de acabar com a pompa oficial a ponto de ir abraçar uma velhinha que o chama ou carregar uma criança no colo. Por onde passa, há gente humilde com um pequeno papel na mão, uma petição de auxílio que ele ou sua escolta pega e guarda. Chávez toca a gente. Detém-se. Pergunta nomes, dados de vida. Sempre parece sinceramente interessado no outro. Fala por eles. Apresenta-se como mais um, um qualquer. (Marcano e Tyszka, p. 337)

³⁶ *Ibidem*, p. 14-23.

³⁷ MARCANO, Cristina. e TYSZKA, Alberto B. *Hugo Chávez ...* p. 316-341.

Dentro do discurso chavista, alguns elementos garantem ainda mais popularidade ao mandatário entre as classes menos favorecidas. A pesquisadora venezuelana Iria Puyosa, que analisa a evolução do governo de Chávez desde o seu começo, destaca que, do ponto de vista da pragmática discursiva, o aspecto mais interessante do discurso chavista é a “construção do enunciador”. “Chávez fala sempre por um ‘nós’. Esse ‘nós’, o povo, encontra como contraparte um adversário político que representa ‘a podridão, a praga’ a ser extirpada”, segundo Puyosa³⁸.

Antes do referendo de 2004, Chávez reforça o discurso populista. Com o slogan “Chávez é o povo”, ele usa em quase todas as suas aparições públicas, as recordações de uma origem humilde e rural para criar uma associação com as massas. De acordo com a pesquisadora venezuelana Patricia Márquez, o discurso popularesco de Chávez faz com que “muitas pessoas que durante anos se sentiram excluídas agora se vejam como integrantes de um projeto de mudança”. Entretanto, em muitos aspectos, a mudança parece ter sido para pior: dados oficiais do governo mostram que a pobreza aumentou no país no governo de Chávez. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), a pobreza passou de 42,3% em 1999 para 60,1% em 2004.

Para quem criticava sua ação voltada para as classes mais baixas, Chávez exaltava ainda mais as políticas assistencialistas. “A classe média e a classe alta odeiam o populismo porque implica em repartir. Mas os que vieram das classes baixas dizem ‘viva o populismo!’ Isso nos dignifica (...) Cada dólar que demos ao povo é um dólar que não daremos ao FMI, portanto, viva o populismo. Não há outra forma de revolução na América Latina além dessa”, afirmou Chávez³⁹.

Mas o endurecimento do discurso de Chávez, que se torna mais corriqueiro depois de 2005, foi esquentando o clima entre os venezuelanos. “Sua ferocidade discursiva, sem dúvida, foi muito eficaz na batalha eleitoral. Não apenas o país estava preparado para ele, também ele estava preparado para o país. Mas, na hora de governar, essa característica passou a ser um centro de produção de conflitos determinante. Chávez acusa, desqualifica,

³⁸ PUYOSA, Iria. *Análise do discurso político de Hugo Chávez Frías. Gesta de um messias*. Comunicación, nº 104, Caracas, Centro Gumilla, 1998.

³⁹ GARRIDO, Alberto. *Mi amigo Chávez. Conversaciones con Norberto Ceresole*. Caracas, edição do autor: 2001. p. 73

insulta com excessiva facilidade. Chávez decreta a lei de que ‘aquele que não está comigo está contra mim’”, analisam Marcano e Tyszka.

A origem do tom agressivo, e às vezes até considerado vulgar, que Chávez adquire ao longo dos anos, no entanto, divide opiniões. Enquanto alguns acham que só se trata de uma estratégia comunicacional, outros acreditam que a popularidade e o poder já haviam o transformado. Alcides Rondon, companheiro de Chávez desde que estavam na Academia Militar, acredita que o endurecimento é intencional:

Ele se emociona diante das massas. Creio que deve emocionar a qualquer um fato de que o povo lhe responda dessa maneira. Há reações que são diretamente produto nisso. Mas quando falamos de política de verdade, de uma troca de discurso, da passagem a uma ofensiva aberta e agressiva, estou convencido de que é produto de uma reflexão e propósito. Tem um propósito, não é um arroubo. (Marcano e Tyszka, p. 330)

Isto, sem dúvida, contrasta com a idéia que costuma ser passada pelo próprio Chávez. Com a naturalidade que rompe os protocolos, desbarata os compromissos solenes do poder e improvisa discursos, Chávez parece dizer o que pensa e como o pensa, sem prudência, mas também sem medos. “Essa é a imagem que ele mesmo produz e distribui, propala por todo o planeta. É a imagem que reforça quando anuncia ao país um novo plano de ação que lhe ocorreu às duas da madrugada”, destacam Marcano e Tyszka. “Embora se julgue Chávez impulsivo, ele é extremamente reflexivo. Tudo o que faz resulta de um planejamento”, afirma o vice-presidente José Vicente Rangel⁴⁰.

A postura agressiva contra certos setores da sociedade – grandes empresários, Igreja, meios de comunicação – e contra todos aqueles que ousavam questionar suas ações, como vimos anteriormente, gerou ainda mais repulsa contra o mandatário. “No exercício do poder, não se pode levar esse estilo de lidar com as relações sociais. Ele (Chávez) acreditou que a animosidade e o confronto que seguimos na campanha eleitoral se podia exercer desde o poder, quando o poder pede um homem de entendimento e que possa manejar o Estado como árbitro da nação”, pondera Luis Miquilena, que foi ministro do Interior e Justiça do governo Chávez até 2002⁴¹.

⁴⁰ MARCANO, Cristina. e TYSZKA, Alberto B. *Hugo Chávez ...* p. 316-341.

⁴¹ *Ibidem*

Para explicar ou justificar as deficiências de seu governo ou os excessos de sua liderança, Chávez adotou um discurso no qual se colocou como uma vítima da oposição, do passado venezuelano e dos centros de poder. “Ele se apresenta como vítima inclusive dos males de seu próprio governo. (...) Nessa perspectiva, a virulência de seu discurso se apresenta como uma reação diante do ataque desmedido dos adversários. Sua agressividade seria uma forma de proteção”, explicam Marcano e Tyszka.

3 – ANÁLISE DOS JORNAIS

Como visto no primeiro capítulo, os jornais possuem direcionamentos ideológicos, que podem ser expressos não só por meio de enquadramentos interpretativos – representados pelas colunas de opinião e editoriais dos jornais –, mas pelos enquadramentos denominados noticiosos. A partir desta constatação, a proposta do trabalho foi a de analisar o enquadramento noticioso que é dado às notícias sobre Hugo Chávez em dois jornais da imprensa brasileira – *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Foram avaliadas 139 matérias dos dois jornais – 94 da *Folha de S. Paulo* e 45 do *Correio Braziliense* – publicadas em 15 dias. Para analisar se houve mudanças na imagem de Chávez durante nove anos do venezuelano no poder (1998 a 2007), foram escolhidos três períodos importantes na trajetória do mandatário, em que ele teve seu mandato contestado: o golpe sofrido em abril de 2002, o referendo revogatório vencido em agosto de 2004 e o referendo sobre a reforma constitucional, perdido em dezembro de 2007.

Tabela 1 – Número de matérias analisadas por período e por jornal

Data		Quantidade de matérias	
		<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Correio Braziliense</i>
Abril de 2002	Dia 12	7	3
	Dia 13	17	7
	Dia 14	7	1
	Dia 15	12	6
	Dia 16	9	3
Agosto de 2004	Dia 15	6	1
	Dia 16	4	3
	Dia 17	4	4
	Dia 18	3	2
	Dia 19	1	1 (nota)
Dezembro de 2007	Dia 02	4	5
	Dia 03	5	3
	Dia 04	7	4
	Dia 05	4	1
	Dia 06	4	1
Total de matérias analisadas		94	45

Neste estudo, foram consideradas apenas matérias publicadas nas editorias “Mundo” dos dois jornais que se referiram a Hugo Chávez. Colunas de opinião, editoriais, cartas de leitores e matérias de outras editorias não foram analisadas a fim de focar no trabalho jornalístico desenvolvido pelos profissionais que cobrem o assunto em cada periódico. A escolha dos dois jornais também visa salientar a diferença entre o jornal de maior circulação do país, que pode se valer de enviados especiais e/ou correspondentes internacionais, e um jornal local, que depende, na maioria das vezes, das agências de notícias internacionais. A *Folha de S. Paulo* e o *Correio Braziliense* também foram selecionados por não assumirem um posicionamento direto e restrito sobre o tema, como outros veículos impressos – *O Globo*, revistas *Veja* e *Carta Capital*.

A análise mostra que, nos dois jornais, a manifestação de opinião sobre Chávez é feita, na maioria das vezes, de forma discreta. O uso de termos como “populista”, “caudilho”, “radical”, “autoritário” e “polêmico”, que são vistos com uma certa frequência nas matérias, é uma das maneiras de expressar opinião. Assim como a seleção dos especialistas ouvidos pelos dois jornais, que também trazem, quase sempre, uma visão contrária a Hugo Chávez. No caso das matérias de agências internacionais republicadas na íntegra, também é possível identificar um posicionamento do jornal – de acordo com as opções feitas entre numerosos textos de diversas agências disponíveis. É preciso, entretanto, diferenciar a cobertura dos dois jornais e suas especificidades.

3.1 – Estudo de caso: *Folha de S. Paulo*

Mais da metade das matérias analisadas do jornal *Folha de S. Paulo* estão situadas no período de abril de 2002. Das 94 reportagens selecionadas, 52 foram publicadas logo após o golpe que tirou Hugo Chávez do poder por pouco mais de 48 horas. A grande discrepância na quantidade de matérias – que chegou a 17 em um só dia (13 de abril) – pode ser explicada pelo ineditismo e pela “inversão” dos fatos, que segundo Rodrigues⁴², ajudam a determinar o que é notícia.

No dia da retirada de Chávez do poder por meio de um grupo formado por militares opositores e empresários, a *Folha de S. Paulo* trabalhou apenas em cima de textos de

agências internacionais, ao contrário do que aconteceu em todos os outros 14 dias analisados – nos quais o jornal publicou matérias de enviados especiais.

Percebe-se, nesses dois primeiros dias após o golpe (e ainda sem a volta de Chávez ao poder), a intenção de “justificar” a ação dos golpistas por meio de explicações sobre o desempenho dos três anos de governo Chávez. Em um quadro explicativo denominado “Entenda a crise”, o texto recebe o título “População cobra promessas não cumpridas”⁴³. O restante da matéria continua no mesmo tom: “Grande orador, o populista Chávez prometia erradicar a corrupção e a pobreza que atinge cerca de 80% da população, além de combater a alta criminalidade. (...) Com a falta de resultados no combate à pobreza e à violência, Chávez começou a perder apoio popular e de políticos poderosos.”

Uma outra reportagem, reproduzida do jornal *The New York Times*, traz a mesma impressão. “Embora tenha prometido fazer uma ‘revolução’ para melhorar as condições de vida dos mais pobres, Chávez só conseguiu desagradar a quase todos os setores da sociedade do país – com seu estilo populista e com seus elogios ao ditador Fidel Castro.”⁴⁴ Na mesma edição, a matéria “Ações polêmicas desgastaram o presidente”⁴⁵ já traz, no título, a explicação que coloca nas “ações polêmicas” de Chávez parte da culpa do golpe sofrido. Segundo insinua da matéria, um dos erros do presidente foi chegar ao poder “pregando uma revolução populista bolivariana de esquerda em um contexto de globalização”.

O tom foi mantido nas matérias do dia seguinte, quando o empresário Pedro Carmona já havia assumido a presidência da Venezuela. “O apoio popular a Chávez, que chegou a cerca de 90% na época de sua posse para o primeiro mandato, no início de 1999, caiu para menos de 30%, segundo as últimas pesquisas, em razão principalmente da sua incapacidade em cumprir com suas principais promessas eleitorais – o combate à corrupção e à pobreza”⁴⁶.

⁴² RODRIGUES, Adriano Duarte. *O acontecimento*. IN: TRAQUINA, Nelson. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Ltda., 1993. P. 27-33.

⁴³ *População cobra promessas não cumpridas*. Folha de S. Paulo, 12 de abril de 2002. Da Redação

⁴⁴ *Apoio militar a presidente é incerto*. Folha de S. Paulo, 12 de abril de 2002. Juan Forero, do The New York Times em Caracas.

⁴⁵ *Ações polêmicas desgastaram o presidente*. Folha de S. Paulo, 12 de abril de 2002. Da agência France Presse

⁴⁶ *Apoio militar evaporou com apoio popular*. Folha de S. Paulo, 13 de abril de 2002. Rogério Wasserman, Da Redação

Em um perfil⁴⁷ sobre Chávez publicado no mesmo dia, o mandatário é destacado como um “ex-golpista” que “provocou divisão de classes e irritou Washington com suas visitas à Líbia e ao Iraque e com a sua amizade com o ditador cubano, Fidel Castro”. O enviado especial da *Folha de S. Paulo* a Caracas, Márcio Aith ressalta, em um de seus textos, que, antes do golpe, “Chávez hostilizou importantes setores da sociedade civil, como os empresários, a mídia, a Igreja Católica e os sindicatos e vinha enfrentando crescente descontentamento militar”⁴⁸.

Ainda na edição do dia 13 de abril, Chávez é colocado como um “personagem controverso”, que “cultivou uma imagem de defensor dos pobres e dos oprimidos, empregando um tom antiamericano”, mas que “jamais deixou de exportar petróleo aos EUA”⁴⁹. Em uma das 17 matérias publicadas nesse dia, a *Folha de S. Paulo* coloca o golpe ocorrido na Venezuela como parte de um processo que viria ocorrendo na América Latina nos últimos três anos – cinco presidentes da região, eleitos democraticamente, teriam “sucumbido à ira da cidadania, nascida de um profundo descontentamento político e social”⁵⁰. Nessa reportagem, retirada da agência internacional France Presse, Chávez, identificado como um “caudilho”, é contraposto a uma “heterogênea aliança de empresários, dirigentes sindicais tradicionais, meios de comunicação, igreja e desafetos entre os militares”, que o retiraram do poder. Ao leitor, fica a imagem de um solitário líder que desagradou uma parcela heterogênea – e, portanto, representativa – da sociedade nos últimos anos.

Algumas matérias permitem associações, inclusive, com a realidade brasileira na época. Em 2002, o Brasil vê ressurgir um líder de certa forma semelhante a Chávez. Com a eleição presidencial que ocorrerá no segundo semestre, o provável candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, tem um espaço cada vez maior na mídia – bem como as notícias sobre sua estreita ligação com o venezuelano – a qual os jornais sempre viram com cautela. Na ocasião do golpe no país vizinho, no entanto, Lula não quis se pronunciar. Mesmo assim, a *Folha de S. Paulo* lembrou, em matéria, a fala do petista em visita a Caracas em dezembro de 2006: “(...) quando Chávez já enfrentava manifestações de rua contra seu governo, Lula se disse convencido de que o venezuelano ‘não tem nada de

⁴⁷ *Quem sai*. Folha de S. Paulo, 13 de abril de 2002. Jorge Rueda, da Associated Press, em Caracas

⁴⁸ *Novo presidente dissolve poderes*. Folha de S. Paulo, 13 de abril de 2002. Marcio Aith, enviado especial a Caracas

⁴⁹ *Chávez provocou a crise, dizem os EUA*. Folha de S. Paulo, 13 de abril de 2002. Márcio Senne de Moraes

lunático’. ‘Ao contrário, ele sabe perfeitamente o que está fazendo. É um homem culto, com visão estratégica, planejamento de governo e raciocínio sistemático. Tem clareza de sua missão e quer cumpri-la dentro da democracia’”.⁵¹ O destaque para a opinião de Lula sobre o até então derrotado líder “populista” vizinho pode servir como alerta para os próprios eleitores brasileiros.

De acordo com as matérias publicadas pela *Folha de S. Paulo*, nesse período que antecedeu o retorno do presidente, houve poucas manifestações de apoio a Chávez – dentro e fora do país. “Assustados com a situação de incerteza após a queda do presidente Hugo Chávez e a morte de manifestantes durante protestos contra o governo, líderes latino-americanos pediram que a democracia seja respeitada na Venezuela, sem exigir, porém, a volta de Chávez ao poder”.⁵²

De Caracas, o enviado especial do jornal, Marcio Aith, reitera o destaque ao pouco apoio. “A não ser por poucos painelaços e manifestações esparsas em favor do presidente deposto em alguns bairros de Caracas e diante do quartel ao qual fora levado inicialmente, em Caracas, os pobres, a quem Chávez dizia dedicar seu governo, não saíram às ruas para defendê-lo.”⁵³ Segundo Aith, dado o “acúmulo de poder que concentrou num determinado momento de sua gestão”, as camadas mais humildes esperavam algum tipo de avanço no campo social, “ainda que seu discurso de cunho esquerdista fosse difuso e confuso”.

No mesmo dia, as duas entrevistas publicadas na editoria Mundo sobre o assunto reforçam uma imagem negativa do mandatário deposto. Os títulos das entrevistas com o professor da Universidade de Harvard Jeffrey Sachs – “Estou maravilhado” – e com o ex-ministro do Interior da Venezuela, Luís Miquilena, – “Chávez incitou o ódio, diz seu ex-mentor” – mostram um padrão na cobertura feita até então. Como já foi visto no primeiro capítulo deste estudo, um dos mecanismos usados pelos jornais para expressar a opinião é a escolha de “quem fala” e de “qual fala” dessa pessoa deve entrar na matéria.

No caso de Sachs, algumas frases são elucidativas: “o ex-presidente Hugo Chávez estava conduzindo a Venezuela direto em direção ao abismo”; “Chávez estava se tornando o governo de um homem só, colocando em xeque todas as instituições da sociedade democrática”; “Eu via mais riscos à democracia antes de sua queda do que agora, mesmo

⁵⁰ *Pressão popular derruba 5 presidentes*. Folha de S. Paulo, 13 de abril de 2002. Randy Neves, da France Presse

⁵¹ *Lula se cala em Paris*. Folha de S. Paulo, 13 de abril de 2002. Da Redação

⁵² *Latino-americanos pedem eleições*. Folha de S. Paulo, 13 de abril de 2002. Da Redação

com toda a indefinição”.⁵⁴ O mesmo acontece com a entrevista de Miquilena: “Chávez foi aos poucos sendo dominado por um discurso de ódio que resultou nesse massacre”; “ele achou que recuperaria a sua popularidade negando-se a negociar e jogando uns contra os outros”⁵⁵.

Com a volta de Chávez ao poder, no dia seguinte, o tom da publicação muda. A matéria principal sobre o assunto destaca que o presidente pediu “reconciliação” em sua posse. “O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, fez um apelo à paz e à conciliação nacional ao recuperar o poder dois dias depois de sua deposição e detenção por um golpe que instalara um governo provisório no país. ‘Não venho com ódio ou rancor’, anunciou Chávez ao ser reempossado no cargo. ‘Aqui não haverá nenhuma caça às bruxas, assim como nenhuma retaliação. Não venho com ânimos revanchistas’, disse Chávez”.⁵⁶ A edição traz outras matérias positivas como *Governo brasileiro comemora retorno do presidente ao poder, OEA e países latino-americanos elogiam retorno à democracia*.

Entretanto, a *Folha de S. Paulo* fez questão de destacar a polarização da sociedade venezuelana como o lado negativo da volta de Chávez em diversas matérias. “A crise política na Venezuela acirrou a divisão do país entre ‘pobres’ e ‘ricos’ e tornou ainda mais difícil uma reconciliação. É o que diz o cientista político venezuelano Emilio Figueredo Planchart, um dos analistas mais importantes do país e assessor informal de vários diplomatas estrangeiros”.⁵⁷ Outra matéria reitera a posição: “Em seus três anos de poder, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, polarizou a sociedade do país ao dizer que a sociedade está dividida entre ‘necessitados’ e ‘humildes’, a quem dedica seu governo, e as oligarquias, a quem usa termos duros para definir como ‘porcos’ e ‘egoístas’”.⁵⁸

Dois anos depois, a imagem de Chávez parece mais amena e a cobertura da *Folha de S. Paulo*, mais equilibrada – tentando mostrar sempre lados opostos do debate. As matérias que antecedem o referendo revogatório do mandato de Chávez (que decidiria se o presidente poderia terminar o seu mandato até 2006), no entanto, são carregadas do discurso do “medo”. Na principal matéria do dia do referendo, o título – “Vitória apertada é pesadelo venezuelano” – e o subtítulo – “Triunfo por uma pequena margem no plebiscito

⁵³ *Ricos festejam a queda do presidente*. Folha de S. Paulo, 14 de abril de 2002. Marcio Aith, enviado especial a Caracas

⁵⁴ “Estou maravilhado”, diz o economista Jeffrey Sachs. Folha de S. Paulo, 14 de abril de 2002. Sérgio Dávila

⁵⁵ Chávez incitou o ódio, diz seu ex-mentor. Folha de S. Paulo, 14 de abril de 2002. Marcio Aith, em Caracas

⁵⁶ Reempossado, Chávez pede “reconciliação”. Folha de S. Paulo, 15 de abril de 2002. Marcio Aith

⁵⁷ Para analista, Chávez fica mais forte e país, mais dividido. Folha de S. Paulo, 15 de abril de 2002. Marcio Aith

de hoje sobre o mandato de Chávez pode desencadear violência” – servem como exemplo. O texto do enviado especial a Caracas Fabiano Maisonnave segue a mesma linha: “Em meio a essa definição crucial, o ar venezuelano está impregnado de boatos e do medo de uma nova onda de violência política, como as que, desde 2002, já provocaram dezenas de mortos”.⁵⁹

Em outra matéria, Maisonnave destaca o temor dos empresários por meio da fala de um diretor de uma multinacional no país: “Os dois lados têm grupos radicais que devem reagir com violência. Serão distúrbios de curto prazo, que durarão um ou dois dias, mas não terão como alvo as empresas instaladas aqui”.⁶⁰

Na mesma edição, o jornal traz duas entrevistas, com posicionamentos a favor e contra o governo de Chávez, o que demonstra uma tentativa de equilibrar a cobertura, ao contrário do que aconteceu em 2002. De um lado, o historiador Eric Hobsbawm defende o venezuelano, dizendo que suas ações são motivadas pelo “fiasco neoliberal”. Do outro, o especialista em América Latina da Heritage Foundation Stephen Johnson considera que “Chávez não é um ditador, ainda”. O equilíbrio de opiniões é mantido no dia seguinte, com depoimentos de cidadãos contra e a favor de Chávez (apesar de o tamanho das matérias ser diferente – neste caso, os opositores ganharam mais espaço).

Com a vitória do mandatário confirmada, a matéria “Vitorioso, Chávez festeja e ironiza oposição” destaca a atitude questionável do presidente após vencer. Na mesma página, um perfil mostra Chávez como “um populista de esquerda com dinheiro para sê-lo”. Segundo o texto, reproduzido do jornal espanhol *El País*, nos últimos anos, “a retórica caudilhista e transgressora de Chávez, o rosto amulatado de tribuno de boina vermelha, semelhante ao da maioria de seus eleitores e a incorporação do ataque a George W. Bush em suas arengas queimaram como carvão nos subúrbios venezuelanos”.⁶¹

A cobertura de dezembro de 2007 se assemelha à de 2004, quando há uma tentativa de demonstrar imparcialidade, dando espaço para opiniões divergentes. Mas há uma característica central nas matérias publicadas antes e depois do referendo para legitimar a reforma constitucional: as críticas à tentativa de Chávez centralizar ainda mais o poder na

⁵⁸ *Polarização aprisiona a classe média*. Folha de S. Paulo, 16 de abril de 2002. Marcio Aith

⁵⁹ *Vitória apertada é pesadelo venezuelano*. Folha de S. Paulo, 15 de agosto de 2004. Fabiano Maisonnave, em Caracas

⁶⁰ *Empresas prevêm “violência moderada”*. Folha de S. Paulo, 15 de agosto de 2004. Fabiano Maisonnave, enviado especial a Caracas

Venezuela e de tentar se perpetuar como presidente do país, por meio da proposta de reeleição indefinida.

Na principal matéria do dia do pleito, o correspondente da *Folha* em Caracas, Maisonnave afirma que “o esquerdista Hugo Chávez” tentaria aprovar “sua controversa reforma constitucional”. Segundo a reportagem, “logo após a vitória (em dezembro de 2006), Chávez deixou claro que sua proposta de ‘socialismo do século 21’ não seria apenas retórica e anunciou uma agenda radical”.⁶²

Contudo, o texto que mais chama a atenção na edição traz uma pesquisa que afirma intenções de “tirania” na proposta de reforma da Constituição. “Estudo comparativo realizado pelo professor de direito constitucional da UCV (Universidade Central da Venezuela) Enrique Sánchez argumenta que a proposta de reforma constitucional do presidente Hugo Chávez retira da Carta direitos do Estado democrático e introduz características de regimes da era soviética e até do nazifascismo. (...) ‘Isso só foi visto nos regimes tirânicos, nos quais o líder se impunha sobre todas as instituições de uma maneira absoluta’”.⁶³

Após a derrota de Chávez, o jornal destaca as declarações aparentemente “magoadas” do mandatário derrotado – em que classifica a vitória da oposição como “pírrica” – e arrisca que a vitória do “não” não vai barrar sua intenção de se perpetuar no poder. “O sociólogo Edgardo Lander disse que o presidente não vai desistir da reeleição e especulou que poderia seguir de alguma forma no poder, como se espera do russo Vladimir Putin. (...) Lander disse que Chávez dificilmente aceitará ser ‘ex-presidente’: ‘Um Chávez retirado para a vida no campo não é imaginável’”.⁶⁴

Como em abril de 2002, logo após o golpe, a derrota de Chávez no referendo motivou a *Folha de S. Paulo* na busca por explicações para o insucesso do presidente nas urnas. As edições dos dias 4, 5 e 6 de dezembro trazem matérias sobre o assunto. A primeira – “Governo perdeu votos entre partidários” – traz a análise de Luis Vicente Leon, “diretor do respeitado instituto Datanálisis”, para o qual, “o nível de rejeição é bem maior do que o visto nas urnas”. “Essa diferença de 1,4 ponto percentual reflete o que foi a

⁶¹ *Quem é: Chávez é populista de esquerda com dinheiro para sê-lo.* Folha de S. Paulo, 17 de agosto de 2004. Juan Jesús Aznárez, do "El País"

⁶² *Votação abre era de incerteza para Chávez.* Folha de S. Paulo, 2 de dezembro de 2007. Fabiano Maisonnave, de Caracas

⁶³ *Proposta da Carta induz à tirania, aponta estudo.* Folha de S. Paulo, 2 de dezembro de 2007. Fabiano Maisonnave

votação, mas não o que foi o país. (...) Houve, sem dúvida, uma parte muito importante do chavismo que não votou, e não votou porque não estava de acordo com a proposta. E, para não ir contra o seu líder, tampouco votou ‘não’”.⁶⁵

Já as reportagens “Em site chavista, intelectuais fazem autocrítica” e “Chavistas sofrem efeito da derrota em redutos pró-governo” ressaltam uma possível “crise” entre os próprios aliados do presidente venezuelano. A imagem aqui é, mesmo sem menções diretas ou termos de qualificação, de um líder decadente e cada vez mais isolado. “Uma das críticas mais duras vem do sociólogo alemão Heinz Dieterich, ideólogo do dito ‘socialismo do século 21’. Radicado no México, Dieterich diz que a causa principal da derrota ‘é o sistema vertical de condução do processo bolivariano’: ‘o Parlamento é essencialmente uma caixa de ressonância da vontade presidencial, onde os deputados (...) dizem ‘sim’ a tudo que ele propõe, ainda que seja inviável’”.⁶⁶

Na matéria com os seguidores de Chávez, Maisonnave lembra que, em 2006, Chávez foi reeleito com o apoio maciço dos pobres. “Em Caracas, ele ganhou em 22 de 33 bairros. No último domingo, só ganhou em dez. Áreas populares que o presidente venezuelano costuma chamar de ‘rojas, rojitas’ (vermelhas, vermelhinhas), suas bases tradicionais, opuseram-se às reformas e, assim, ao próprio Chávez”. A reportagem continua com opiniões contundentes, todas lamentando o “fracasso” do chavismo.⁶⁷

“O chavismo está em depressão, pensativo, com as barbas de molho. Não só porque perdeu o referendo sobre a reforma constitucional. Pior do que perder no país foi constatar que perdemos em áreas populares de Caracas, aquelas, exatamente, que sempre votaram em massa no presidente Chávez.” O lamento é de Pillar Andrade, 55, administradora de empresas e membro do PSUV (Partido Social Unido de Venezuela, o partido do governo) no bairro de Coche. (...) Os próprios chavistas admitem que o governo tem sido ineficiente na gestão do Estado. “Como é possível que aconteça a corrupção de que somos testemunhas diariamente nos bairros? Como é possível que os funcionários públicos tratem tão mal os mais carentes? Como é possível que o governo não se tenha preparado para enfrentar a falta de açúcar, leite, carne e óleo que atormentou o povo nos últimos meses? Como é possível que não se enfrente a insegurança e a violência urbana?”, pergunta a dirigente de bairro Lesbia Sánchez, economista e chavista de primeira hora.

⁶⁴ *Chávez aceita a derrota, mas não desiste*. Folha de S. Paulo, 4 de dezembro de 2007. Fabiano Maisonnave, de Caracas

⁶⁵ *Governo perdeu votos entre partidários*. Folha de S. Paulo, 4 de dezembro de 2007. Fabiano Maisonnave

⁶⁶ *Em site chavista, intelectuais fazem autocrítica*. Folha de S. Paulo, 5 de dezembro de 2007. Fabiano Maisonnave

⁶⁷ *Chavistas sofrem efeito da derrota em redutos pró-governo*. Folha de S. Paulo, 6 de dezembro de 2007. Fabiano Maisonnave, de Caracas

Entretanto, em uma matéria⁶⁸, a *Folha de S. Paulo*, traz uma análise interessante para a imagem de Chávez. Segundo Vicente Díaz, o único dos cinco juízes do Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela que não é chavista, o referendo “derrubou ‘três mitos’, entre os quais o de que Chávez é ‘um ditador’”. Os outros dois são o de que a oposição do país é golpista e que o CNE não consegue garantir eleições transparentes.

3.2 – Estudo de caso: *Correio Braziliense*

Assim como aconteceu com a *Folha de S. Paulo*, o número de matérias do *Correio Braziliense* publicadas no mês de abril de 2002 foi maior que nos dois outros meses – 20 de um total de 45 reportagens. Outra semelhança com a análise feita nas edições da *Folha* foi o endurecimento da imagem de Chávez pelo jornal logo após o golpe que o tirou do poder, e uma conseqüente suavização depois que o mandatário volta a Miraflores.

Uma característica específica do *Correio Braziliense*, no entanto, que deve ser observada por ter forte influência no resultado da análise é o fato de o jornal não ter correspondentes na Venezuela nos dois primeiros períodos de análise. Tanto em 2002 como em 2004, o *Correio* dependeu quase exclusivamente de agências de notícias internacionais e de jornais da Venezuela para buscar informações sobre os acontecimentos. Como não tem repórteres *in loco* para fazer matérias sobre o cotidiano da população no período e para entrevistar quem está “dentro” de todo o processo, as reportagens acabam ganhando um outro tipo de diferencial, para ir além do material das agências: um tom mais interpretativo e analítico. Em dezembro de 2007, contudo, o jornal conta com um repórter que escreve em caráter “especial para o Correio”, direto de Caracas. Isso traz algumas modificações, que veremos mais para frente.

Em uma mesma edição do *Correio Braziliense*, do dia 12 de abril de 2002, Hugo Chávez recebe diversas associações, quase todas negativas. Um perfil sobre o presidente deposto, por exemplo, traz o título “Ex-golpista, populista e polêmico”. Segundo o texto, uma das causas para o descontentamento popular e o conseqüente golpe foram motivados pelo fato de o governo de Chávez não ter trazido “as mudanças prometidas”, além das

⁶⁸ Para juiz opositor do Conselho Eleitoral, votação derrubou três mitos. *Folha de S. Paulo*, 5 de dezembro de 2007. Fabiano Maisonnave

próprias atitudes tomadas pelo mandatário. “Com sua postura ditatorial, (Chávez) comprou briga com a imprensa, a Igreja e empresários.”⁶⁹

Em uma outra reportagem, “O fim de Hugo Chávez”, o presidente é identificado como “o presidente dos descamisados venezuelanos” no subtítulo. No texto, é descrito como “o tenente-coronel pára-queda que tentou dar um golpe de Estado, acabou na Presidência da República pelo voto popular, fechou o Congresso em nome de uma revolução, mudou o nome do país para República Bolivariana da Venezuela e, ultimamente, sonhava em se perpetuar no poder”.⁷⁰

No mesmo dia, o *Correio Braziliense* publicou uma matéria⁷¹ que mais se assemelha a uma análise do governo Chávez – sem no entanto, ser identificada como tal. Nela, a repórter Sandra Lefcovich enumera quatro elementos que teriam contribuído para “a queda de Hugo Chávez”: “nove meses de conspirações de militares e civis, irritados com seu crescente autoritarismo; o enfretamento com alguns setores da sociedade; o desencanto popular; e o isolamento internacional, produto de ações diplomáticas desacertadas”.

Segundo o texto, “o presidente queria colocar ricos contra pobres” e possuía uma “personalidade polêmica”. O trecho destacado abaixo mostra como o enquadramento noticioso, neste caso, está carregado de interpretações.

Para muitos venezuelanos, Chávez foi o principal responsável pela sua queda. Destruíu diariamente a possibilidade de se manter no poder. Tinha um temperamento irado e nunca se sentiu o presidente de todos os venezuelanos. Ele jurava que iria durar mais 20 anos no poder. As suas freqüentes cadeias na TV - até no horário das novelas - eram tão odiadas que o general que anunciou o fim de seu governo fez a piada: “Não teremos mais que ouvir as cadeias de Chávez na TV”. Mas a arrogância atrapalhava o governo. Ele não tinha habilidade para negociar. Concebia a política com o sentido de hierarquia militar, era verticalista. E ainda por cima tinha um coquetel na sua cabeça: fidelista, populista militar, de esquerda, negociava com o Fundo Monetário Internacional (FMI). E, no final, não teve estatura. Foi considerado covarde: Não agiu como Salvador Allende no Chile, fuzilado no Palácio de La Moneda em 1973. Chávez se rendeu, como na primeira vez em que foi preso, depois de tentar golpe de Estado contra Carlos Andrés Pérez. Nos grandes momentos, fica pequeno, dizem.

Uma reportagem intitulada “Acabou a democracia”, no entanto, questiona o caráter anti-democrático do golpe contra Chávez. “Quarenta e quatro anos de democracia foram

⁶⁹ *Perfil – Ex-golpista, populista e polêmico*. Correio Braziliense, 12 de abril de 2002. Da Redação

⁷⁰ *O fim de Hugo Chávez*. Correio Braziliense, 13 de abril de 2002. Graciela Urquiza Mendes

⁷¹ *A história de um golpe*. Correio Braziliense, 13 de abril de 2002. Sandra Lefcovich

para o ralo ontem na Venezuela com a posse do novo presidente, o empresário Pedro Carmona. (...) (Ele) pretende destruir a estrutura de poderes montada por Chávez, que realizou sete referendos populares entre 1999 e 2000.”⁷²

Assim como nas edições da *Folha de S. Paulo*, o *Correio Braziliense* ressalta que nenhum país, exceto Cuba, pediu que o mandatário retornasse à presidência. “Nem FHC nem o Grupo do Rio pediu a volta de Chávez ao poder”⁷³. A reportagem de Vicente Nunes ainda destaca a opinião de um assistente não-identificado do presidente Fernando Henrique Cardoso: “Ele (o assistente ouvido pelo Correio) reconheceu o desgaste criado pela gestão de Chávez, que rompeu com os meios políticos, a igreja, a imprensa, os empresários e outros setores da sociedade.”

Nos dias seguintes à volta de Chávez, as edições do *Correio* buscam um equilíbrio perceptível ao leitor. A matéria principal do dia 15 de abril, “Chávez volta conciliador” já traz no título um adjetivo positivo ligado à imagem do venezuelano. O texto mostra que o mandatário chegou ao Palácio presidencial de Miraflores “cercado pelo povo”.

Uma outra matéria destaca que Chávez “tenta o diálogo” e que ele “está pondo a casa em ordem, punindo culpados e recompensando aliados”. “Para não dar a impressão de que estava voltando ao seu jeito autocrático de comandar o país, (Chávez) convocou uma reunião do Conselho Federal de Governo, na qual participarão a Igreja e os setores militar, político, empresarial e sindical.”⁷⁴

O “elogio”, por sua vez, é acompanhado de uma matéria que ressalta o caráter negativo do retorno de Chávez: “a reviravolta política na Venezuela acirra a divisão do país entre as classes média e alta, que derrubaram Chávez, e os pobres, que o reconduziram ao poder”⁷⁵. No dia seguinte, o tom é o mesmo: “O país está dividido. A rivalidade entre as pessoas que ‘vivem bem’ e os pobres se acentuou nos últimos dias, segundo a cientista política Mary Gonzalez. ‘Mas não é um fator novo na Venezuela, tampouco é culpa de Chávez. Agora existe uma espécie de ódio social entre os dois lados da população’, assinalou.”⁷⁶

⁷² *Acabou a democracia*. Correio Braziliense, 13 de abril de 2002. João Cláudio Garcia

⁷³ *A reação brasileira*. Correio Braziliense, 13 de abril de 2002. Vicente Nunes

⁷⁴ *Chávez tenta o diálogo*. Correio Braziliense, 16 de abril de 2002. Da Redação

⁷⁵ *O contragolpe*. Correio Braziliense, 15 de abril de 2002. Da Redação

⁷⁶ *Medo numa cidade dividida*. Correio Braziliense, 16 de abril de 2002. Valquiria Rey

A idéia da tensão e da violência gerada pelo confronto entre ricos e pobres continua presente na cobertura do *Correio Braziliense* dois anos depois, em agosto de 2004. “A falta de prognósticos claros sobre o resultado alimenta temores de uma nova onda de violência, além das suspeitas de cada parte sobre tentativas de fraude e manipulação”⁷⁷. A matéria “Avalanche eleitoral”, publicada no dia seguinte ao pleito também dá mais destaque ao confronto e à violência (os quatro primeiros parágrafos falam sobre isso), que resultou em três mortes, do que à grande presença do povo nas urnas, que obrigou o Conselho Nacional Eleitoral a estender o prazo de votação.

Na mesma página da matéria citada acima, no entanto, um quadro chama a atenção. Ainda sem o resultado do referendo, o *Correio Braziliense* publicou um perfil dos “principais candidatos da oposição à presidência se o mandato de Hugo Chávez for mesmo revogado após o referendo”. O ex-governador do estado central de Carabobo, Henrique Salas Romer, e o então governador de Miranda, estado vizinho a Caracas, Enrique Mendoza, são colocados como políticos de origens diferentes mas que atacam Chávez “por sua excessiva centralização”.

Após o resultado, a cobertura do *Correio* traz um Chávez “aberto ao diálogo” e uma oposição que não aceita a derrota “e promete desestabilizar o governo”. “No final do dia, algumas lideranças anti-chavistas anunciaram novas manifestações. ‘Sabemos que o governo não está disposto ao diálogo. Este é um governo de confronto permanente, em nível nacional e internacional’, disse uma alta autoridade da CD (Coordenadoria Democrática, aliança opositora a Chávez).”⁷⁸

A reportagem vem acompanhada de uma “análise da notícia”, cujo título, “Festa Provisória”, dá a entender que o mandatário não deve apostar todo o seu governo em vitórias nas urnas. A análise segue: “o país de Chávez é rachado, violento, com mais da metade de sua população na pobreza, 15% de desempregados, instituições fracas e uma economia em lenta recuperação. Problemas como esses não se resolvem num referendo, mas com diálogo, concessão e altruísmo.”⁷⁹

No dia seguinte, um perfil sobre o venezuelano ressalta que, “talvez, desde a queda do ditador Marcos Pérez Jimenez, em 1958, nenhum presidente venezuelano tenha

⁷⁷ *Cansados de briga*. *Correio Braziliense*, 15 de agosto de 2004. Da Redação

⁷⁸ *Chávez vence, tensão continua*. *Correio Braziliense*, 17 de agosto de 2004. Cláudio Dantas

⁷⁹ *Festa Provisória*. *Correio Braziliense*, 17 de agosto de 2004. Cláudio Dantas

concentrado tanto poder nas mãos”. Entretanto, o repórter isenta, de certa forma, o mandatário de culpa pela centralização do poder. “Chávez é extenuamente criticado por seu personalismo e pela centralização do poder: consequência maior da fragilidade das instituições democráticas e dos partidos políticos do que exatamente de uma falha de caráter. Ele não é o primeiro nem o único presidente com esse perfil.”⁸⁰

A cobertura de dezembro de 2007, feita por um repórter especial para o *Correio* em Caracas já traz diferenças – como mais opiniões de cidadãos comuns. Ao contrário do que acontece com a *Folha de S. Paulo*, no entanto, as matérias do *Correio Braziliense* publicadas sobre o referendo para a reforma constitucional se assemelham mais às de 2002, em termos de posicionamento. Não há uma preocupação com equilíbrio, mas por uma clara opção contra as medidas propostas por Chávez na reforma, como a reeleição indefinida e a “definição de novas formas de propriedade”, que permitiria ao poder público expropriar bens privados.

O quadro que explica as mudanças propostas pela reforma constitucional, por exemplo, traz o título “Populismo e redução das liberdades”. O primeiro parágrafo do texto explica: “Os governistas mesclaram na reforma constitucional que vai a votação hoje medidas de forte apelo popular – como a redução da jornada de trabalho e seguridade social para donas-de-casa – com centralização de decisões no Executivo e duras restrições em caso de estado de exceção”.⁸¹ Na mesma página, a matéria “A cartada do social” destaca a intenção do mandatário de associar a sua figura – que ainda possui certa popularidade – às propostas de reforma – não tão aceitas assim. “Para convencer seus partidários, o governo construiu a campanha para o referendo dando mais importância à figura do presidente do que ao conteúdo do projeto.”

Essa edição traz ainda uma matéria que mostra o medo da classe média em relação à reforma e uma entrevista – sem contraponto – que exalta a “grande oportunidade para a reconciliação do país” com a vitória do “não”⁸². “Existe muito receio com relação à reforma. Não sabemos como o governo vai lidar com o conteúdo dela, nem o que se passará caso seja aprovada”, afirma o venezuelano de classe média Nicolás Pulido, entrevistado por Junqueira.

⁸⁰ *Perfil – Hugo Chávez: Herdeiro de Simon Bolívar*. Correio Braziliense, 17 de agosto de 2004. Cláudio Dantas

⁸¹ *Dois projetos de país*. Correio Braziliense, 2 de dezembro de 2007. Diego Junqueira, em Caracas

⁸² *Classe média teme expropriação*. Correio Braziliense, 2 de dezembro de 2007. Diego Junqueira

A entrevista com o professor da Universidade Simon Bolívar (Caracas) Angel Vicente de Castro, por sua vez, já tem destacado no título um posicionamento: “Derrota de Chávez dá chance à reconciliação”. Entretanto, as opiniões de Castro, em si, não parecem tão negativas para a imagem do presidente venezuelano. Veja dois trechos retirados da entrevista:

“Chávez ainda pode ser bom para o país, o que não pode é continuar governando de costas para uma parcela grande da população”.

“A experiência de Chávez na Venezuela tem sido positiva, de destacar o fator social. Chávez conseguiu conectar-se emocionalmente com o povo venezuelano. (...) De qualquer forma, essas políticas não resolveram os problemas da Venezuela, e Chávez já está oito anos no governo. O país vive uma crise de abastecimento alimentício, a violência é generalizada e há desordem na administração do gasto público.”⁸³

Na edição do dia 4 de dezembro, o texto que traz a vitória do “não” tem o título, no mínimo, curioso, em comparação à cobertura feita pelo *Correio Braziliense* após o golpe de abril de 2002. Há cinco anos, o jornal noticiou a matéria sobre a posse de Carmona com o título de “Acabou a democracia”. Agora, traz a derrota de Chávez nas urnas como “Vitória da democracia”. O conteúdo da matéria, entretanto, traz uma imagem moderada do mandatário. “Aparentando calma, sem a retórica agressiva que caracterizou boa parte da campanha, o presidente discursou em cadeia nacional de rádio e TV para confortar os aliados. (...) Chávez acatou o resultado e pediu à oposição que reconheça o valor das instituições venezuelanas. ‘Aqui não há nenhum ditador. Vamos respeitar nossas diferenças’, concluiu.”⁸⁴

Na mesma página, a análise feita pelo repórter Cláudio Dantas tenta explicar o conformismo de Chávez. “Ele (Chávez) tem certa razão: a vitória do “não” afastou as suspeitas de que o governo poderia manipular o resultado do plebiscito a seu favor, enviando a importante mensagem de que sobrevive a independência no Conselho Nacional Eleitoral — um dos cinco poderes nos quais se divide o Estado.” Dantas destaca: “Agora,

⁸³ *Derrota de Chávez dá chance à reconciliação*. *Correio Braziliense*, 2 de dezembro de 2007. Diego Junqueira

⁸⁴ *Vitória da democracia*. *Correio Braziliense*, 4 de dezembro de 2007. Diego Junqueira, em Caracas

ele tem uma nova chance de recolocar seu projeto político nos trilhos e abandonar o uso da força”.⁸⁵

As matérias dos dias seguintes, 5 e 6 de dezembro, acompanham um endurecimento do discurso, aparentemente antes conformado, do venezuelano. Sob o título sugestivo “Chávez contra-ataca”, o *Correio Braziliense* dá ênfase à frase “esbravejada” por Chávez em entrevista coletiva: “Já estão enchendo de merda a vitória da oposição, é uma vitória de merda, e a nossa, a nossa, que eles chamam de derrota, é a da coragem, valor e dignidade”. O jornal ainda não deixa dúvida sobre as intenções do mandatário dali em diante. “Chávez admitiu que não pode insistir em reformar a Constituição depois da derrota, mas alegou que os eleitores ou a Assembléia Nacional podem fazê-lo, de uma forma “mais simplificada”.⁸⁶

⁸⁵ *Mais uma chance*. Correio Braziliense, 4 de dezembro de 2007. Cláudio Dantas

⁸⁶ *Chávez contra-ataca*. Correio Braziliense, 6 de dezembro de 2007. Da Redação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escolher o tema do estudo, a idéia inicial era de que a representação de Hugo Chávez na imprensa brasileira havia variado entre a sua chegada ao poder, em 1999, e o fim de 2007, quando ele perde a primeira de dez consultas populares às quais esteve submetido. A hipótese era de que o endurecimento do discurso do mandatário venezuelano nos últimos anos faria com que ele fosse também tratado com textos mais severos nos jornais brasileiros. Isso foi, de fato, comprovado neste estudo, entretanto, com menos ênfase do que se esperava encontrar.

É preciso destacar, no entanto, que as escolhas feitas pela autora explicam por que a imagem de Hugo Chávez não aparece tão negativa quanto se esperava. Primeiro, houve a preocupação inicial de não serem selecionados para a pesquisa veículos que têm um posicionamento visivelmente conservador ou contra regimes de esquerda, como a revista *Veja* – que costuma retratar Chávez de forma até mesmo pejorativa – ou o jornal *O Globo* – cuja briga com o venezuelano parece ter se tornado “pessoal” após o mandatário tecer duras críticas ao diário, em janeiro de 2007. Também não se optou por escolher meios que se posicionam favoravelmente à esquerda brasileira e latino-americana, como a revista *Carta Capital*.

Além disso, não entraram na análise textos essencialmente analíticos, como os editoriais, as colunas e os artigos das páginas de opinião, que certamente trariam uma imagem negativa de Chávez mais explícita. A intenção era a de perceber como um leitor pode receber informações que o auxiliam na formação da imagem de Hugo Chávez dentro de textos essencialmente informativos. Isto é, como o leitor absorve a opinião do jornal sem, muitas vezes, perceber que está o fazendo.

No estudo da *Folha de S. Paulo* e do *Correio Braziliense* isso pôde ser comprovado pelo uso de termos que expressam qualificação, como os adjetivos como “populista”, “caudilho”, “radical”, “autoritário” e “polêmico”, e também pela escolha dos entrevistados, que muitas vezes trazem o posicionamento do jornal “camuflado” como opinião do especialista.

No caso da *Folha de S. Paulo*, foi comprovado um posicionamento maior do jornal logo após o golpe de que retirou Chávez do poder em abril de 2002. Até o mandatário

voltar ao seu posto, o jornal tentou justificar a tomada do poder pelos opositoristas, mostrando um governo deficitário e um presidente cada vez mais centralizador. Assim que Chávez volta ao poder, no entanto, o discurso se torna mais ameno, mas a opinião por meio dos especialistas ouvidos, ainda é de temor e insegurança em um país dividido entre “chavistas” e “anti-chavistas”. Nos dois períodos seguintes, a *Folha* tenta manter certo equilíbrio, colocando sempre artigos e depoimentos “a favor” e “contra” Hugo Chávez. A cobertura, que aparenta maior seriedade e maturidade jornalística, traz o posicionamento do jornal em entrevistas como a com o professor de direito constitucional da UCV (Universidade Central da Venezuela) Enrique Sánchez, que considera que a reforma constitucional proposta por Chávez “induz à tirania”.

No caso do *Correio Braziliense*, já se esperava um material menos equilibrado do que o visto na *Folha de S. Paulo*. Primeiro, pelo tamanho (tiragem) e alcance desse jornal local, que não possui um compromisso tão forte com a isenção de opinião, como a *Folha*, que mantém a maior tiragem diária do país. Depois, pela necessidade de diferenciar seu material do que é reproduzido nas agências de notícias internacionais – principal fonte de informação do *Correio*, já que, na maioria das vezes, o jornal não possui correspondentes ou enviados especiais.

A presença da opinião no *Correio Braziliense* aparece, principalmente, após o golpe de 2002, em que análises chegam até o leitor sem nenhuma indicação de que são textos opinativos. A matéria “A história de um golpe”, da jornalista Sandra Lefcovich, publicada no dia 13 de abril de 2002, é um exemplo disso. Em dezembro de 2007, o discurso contra Chávez é endurecido mais uma vez, com a classificação da reforma proposta por Chávez de populista e anti-democrática.

Considera-se, no entanto, que o enquadramento desses jornais não é feito de forma gratuita – com o objetivo de simplesmente repassar uma imagem dura do presidente venezuelano para a sociedade brasileira. Ele é fruto da formação da imagem pública realizada pelo próprio Hugo Chávez ao longo dos últimos nove anos. Como foi visto no segundo capítulo, desde que assumiu o poder, o mandatário endureceu o discurso várias vezes e não escondeu a intenção de ser polêmico em diversas ocasiões. Cultivou inimizades com governos de alguns países, em manobras que se afastavam das práticas diplomáticas. A própria relação com o governo brasileiro, que se afastou, de forma pragmática, de

Chávez nos dois últimos anos, faz com que a imprensa brasileira passe a ter e a mostrar outra imagem do venezuelano.

Para saber, no entanto, como essa imagem passada pelos jornais influencia na formação da imagem pública de Hugo Chávez pela população brasileira é preciso um estudo complementar, com entrevistas e grupos de controle formados por leitores desses jornais. Por enquanto, este estudo mostra o que o brasileiro possui de informação disponível sobre o presidente do país vizinho por meio dos jornais mais vendidos no Brasil (*Folha de S. Paulo*) e em Brasília (*Correio Braziliense*). A imagem de um governante populista, carismático, mas perigosamente centralizador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Diana Teixeira. **Uma análise sobre a construção da imagem pública de Severino Cavalcanti** (dissertação de mestrado). Brasília, 2006.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. IN: MELO, José Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1994. P. 61-62.

CERVO, Amado L. e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CHÁVEZ FRIAS, Hugo. **El golpe fascista contra Venezuela**. Havana: Plaza, 2003.

DOVIFAT, Emil. **Periodismo**. IN: MELO, José Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1994. P.123-144.

EMERY, Edwin, AULT, Philip, AGEE, Warren. **Introduction to mass communications**. IN: MELO, José Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1994. P 11.

FIALHO, Gabriel Rezende. **A pressão contrária à democratização dos meios de comunicação na Venezuela, governo Hugo Chávez**. Monografia apresentada para obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social na Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

GARRIDO, Alberto. **Mi amigo Chávez. Conversaciones com Norberto Ceresole**. Caracas, edição do autor: 2001.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience**. Londres: Harper and Row, 1974

GOMES, Wilson. **Transformações da Política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HACKETT, Robert A. **Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos**. IN: TRAQUINA, Nelson. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Ltda., 1993. P. 101-130.

HARNECK, Marta. **Um homem, um povo**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

LITTLE, Walter e HERRERA, Antonio. **Populism and Reform in Contemporary Venezuela**. Londres: Institut of Latin America Studies, 1995.

MARCANO, Cristina e TYSZKA, Alberto Barrera. **Hugo Chávez sem uniforme – Uma história pessoal**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.

MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NIXON, Raymond. **Análisis sobre periodismo**. IN: MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994. P. 27-29.

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos de mídia e política**. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas. (Org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador, 2004.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O acontecimento**. IN: TRAQUINA, Nelson. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Ltda., 1993. P. 27-33.

SHAW, E. **Agenda-setting and mass communication theory**, Gazette (international journal for mass communication studies), vol. XXV, nº2, p. 96-105

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005. Volumes I e II.

TUCHMAN, Gaye. **Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity**. American Journal of Sociology, vol. 77, nº 4. Chicago, p. 660-79, 1972.

UCHOA, Pablo. **Venezuela: A encruzilhada de Hugo Chávez**. Rio de Janeiro: Globo Editora, 2003.

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional – Uma análise história comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 6.ed. Lisboa: Presença, 2001.

Artigos:

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Os EUA e o golpe contra Chávez**. In Meridiano 47 - Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais nº 22, maio de 2002.

CERVO, Amado Luiz. **O eixo Venezuela-Brasil**. In Meridiano 47 - Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais nº 13, julho de 2001.

GALVÃO, Thiago Gehre. **Eleições na Venezuela: Chávez e o Fio de Ariadne**. In Meridiano 47 - Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais nº 78, janeiro de 2007.

MAYA, Margarita López e LANDER, Luis E. **Venezuela: em direção ao socialismo do século XXI?** In Revista Política Externa - edição Março/Abril/Maio 2007.

MIGUEL, L. Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política.** Artigo publicado na revista Lua Nova n.55-56, 2002.

NETO, José Ribeiro Machado. **Venezuela: Chávez e alguns murmúrios exportáveis do imaginário bolivariano.** In Meridiano 47 - Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais nº 71-72, junho/julho de 2006.

ROETT, Riordan. **Estados Unidos y América Latina: estado actual de las relaciones.** Nueva Sociedad, número 206, novembro/dezembro, 2006.

Sites de notícia acessados:

BBC Brasil: *Garcia não vê mudança "qualitativa" na Venezuela*, 10 de janeiro de 2007.
Data de acesso: 19 de junho de 2008

BBC Brasil: *Na Índia, Lula defende Congresso de acusações de Chávez*, 3 de junho de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *“Não estamos interessados no velho Mercosul”*, diz Hugo Chávez, 29 de junho de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Brasil será o primeiro destino de Chávez, caso seja eleito*, 30 de novembro de 2006. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Chávez agradece a Lula e deputados por voto a favor da Venezuela*, 23 de novembro de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Chávez defende criação de Exército para a América do Sul*, 3 de abril de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Chávez diz que EUA planejam invadir a Venezuela*, 3 de julho de 2005. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Chávez faz ato contra Alça para 30 mil pessoas na Argentina*, 4 de novembro de 2005. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Chávez governará por decreto na Venezuela durante 18 meses*, 31 de janeiro de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Chávez mantém ataque e chama Bush de "diabo" em discurso na ONU*, 20 de setembro de 2006. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Chávez quer expulsão de estrangeiros que falem mal de seu governo*, 22 de julho de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Embaixador dos EUA pode ser expulso da Venezuela*, 9 de abril de 2006. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *EUA tiram Brasil de "lista negra" militar*, 4 de outubro de 2006. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Hugo Chávez afirma que vai priorizar relações com Mercosul*, 7 de dezembro de 2006. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Hugo Chávez estuda tirar autonomia do Banco Central venezuelano*, 8 de janeiro de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Lula diz que Venezuela tem democracia em “excesso”*, 29 de setembro de 2005. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Ministro diz que Brasil não aceita ultimato de Chávez*, 4 de julho de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Protestos estudantis refletem uma “democracia franca”*, afirma Chávez, 16 de junho de 2007. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Rumsfeld compara Chávez a Hitler após expulsão de adido*, 2 de fevereiro de 2006. Data de acesso: 19 de junho de 2008

Folha Online: *Venezuela apóia candidatura do Brasil ao Mercosul*, 3 de junho de 2005. Data de acesso: 19 de junho de 2008.